



JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO

PRIMEIRA EDIÇÃO
JULHO - 2022

A HISTÓRIA DA PETROBRÁS



AEPET
Associação dos
Engenheiros da Petrobrás

A HISTÓRIA DA PETROBRÁS

APRESENTAÇÃO

A História da Petrobrás, narrada por José Augusto Ribeiro, numa iniciativa da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET, criada oito anos após a PETROBRÁS, para defender este marco do desenvolvimento nacional, da nossa soberania e do controle pelo País desta importantíssima fonte de energia primária, prossegue com o período do seu desenvolvimento.

Vimos na 1ª Parte a luta de Getúlio Vargas e de seu Governo para criá-la. Esta luta jamais esmoreceu. “As aves de rapina”, como o maior estadista brasileiro se referiu aos capitais que só vinham para o Brasil para se apropriarem de nossas riquezas, deixando aqui, poluição e miséria, sempre, com falsas e ferozes razões, procuraram destruí-la.

Nesta 2ª Parte, José Augusto Ribeiro descreve a trajetória de 1954 a 2002 da empresa vitoriosa, que, de um País importador de todos os derivados de petróleo, atingiu a autossuficiência na produção de petróleo e de todos os derivados, criou a petroquímica, produziu fertilizantes, desenvolveu tecnologia própria, levou aos mais remotos rincões do Brasil os produtos do petróleo e foi ao exterior para descobrir campos gigantes, como Majnoon, no Iraque, descrito pela wikipedia como “um dos campos de petróleo mais ricos do mundo, com cerca de 38 bilhões de barris de petróleo”.

Com estas publicações a AEPET espera estar contribuindo para o registro de um período, movido pelo nacionalismo e pelo valor do trabalho, que levou o Brasil, com esta promotora de desenvolvimento que é a Petrobrás, a estar entre as mais ricas nações do mundo, e que hoje se vê desmembrada, alienada às aves de rapina, pelo entreguismo globalista e pelo rentismo que dominam nosso País.

A Direção da AEPET.



AEPET
Associação dos
Engenheiros da Petrobrás

A HISTÓRIA DA PETROBRÁS



EXPEDIENTE

A HISTÓRIA DA PETROBRÁS

Série em três partes por
José Augusto Ribeiro

Publicada pela AEPET
Associação dos Engenheiros
da Petrobrás
Av. Nilo Peçanha, 50 - SL 2409 -
Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20044-90
www.aepet.org.br

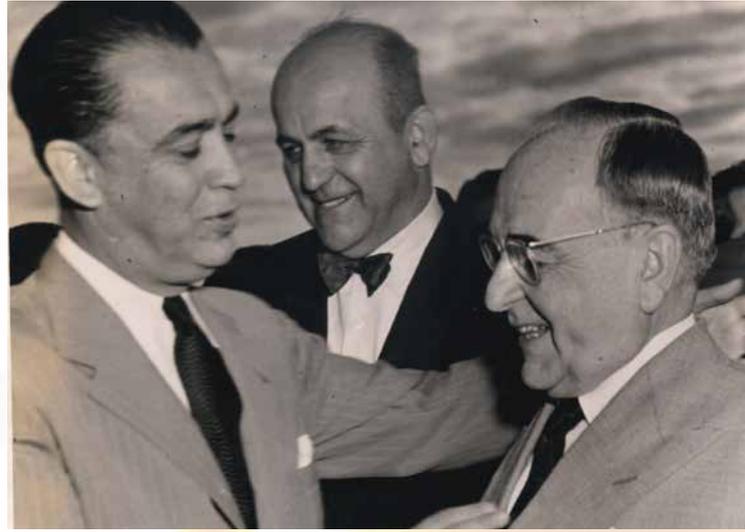
Artes e Diagramação: Geraldo Machado
Revisão: Jornalista Alex Prado

2ª PARTE
julho de 2022



AEPET
Associação dos
Engenheiros da Petrobrás

SUMÁRIO



7

O VICE CAFÉ FILHO NÃO OUSA
MEXER NA PETROBRÁS

13

A PETROBRÁS
NOS ANOS JK

19

PETRÓLEO EM TROCA DE CAFÉ: O
GOVERNO JÂNIO QUADROS

23

O GOVERNO JANGO

29

OS PRIMEIROS ANOS DO
GOVERNO MILITAR





38 GEISEL: A CRISE DO PETRÓLEO E A BACIA DE CAMPOS

46 OS PRIMEIROS GOVERNOS CIVIS DEPOIS DE VINTE ANOS

55 O GOVERNO FHC E SUA PALAVRA DE ORDEM: “O PETRÓLEO É VOSSO!”



O VICE CAFÉ FILHO NÃO OUSA MEXER NA PETROBRÁS



Café Filho e Getúlio Vargas na Fazenda Belfuta. Campos do Jordão(SP), jan/1951. (Arq. G V foto 190/5)

O suicídio de Getúlio Vargas, na manhã de 24 de agosto de 1954, pode ter parecido a muitos que abriria caminho para a extinção ou a privatização da Petrobrás. Logo um emissário do governo dos Estados Unidos chegaria ao Brasil para fazer sondagens sobre essa possibilidade, mas saiu decepcionado. O Brasil continuava mobilizado pela palavra de ordem do “Petróleo é Nosso!” e levaria mais de quarenta anos para ser envolvido e golpeado pelo oposto disso, a impostura do “Petróleo é Vosso!”

O Vice-Presidente Café Filho, que assumiu o governo na manhã de 24 de agosto, estava metido até o pescoço na conspiração contra Getúlio, uma conspiração contra a Petrobrás e contra as outras realizações dos dois governos Vargas.

Desde as sete horas da manhã de 24 de agosto de 1954, como conta em suas memórias, Café Filho dormia sob o efeito de sedativos e medicamentos redutores da pressão arterial, em casa de seu amigo e médico Raimundo de Brito, quando chegou a notícia do suicídio de Getúlio. Foram chamá-lo:

— Acordei meio tonto — diria ele em suas memórias — ainda sob a ação dos remédios, com meu médico e meu secretário particular à cabeceira. Diziam que a situação, ao que parecia, se agravara. Havia, mesmo, certos boatos estranhos. Justificavam a iniciativa de despertar-me, informando que várias pessoas desejavam falar-me sem demora. Continuou nesse tom a conversa, enquanto eu trocava de roupa. Começava a desconfiar de que tinham algo muito grave a comunicar-me, mas não pretendiam fazê-lo de uma vez...

Inopinadamente — acrescentava — “irrompeu no quarto, chorando, o General Pinto Aleixo, senador pela Bahia”:

— Café, nunca imaginei que você chegasse à Presidência da República em condições tão trágicas!

Só então Café Filho soube do suicídio e que o General Caiado de Castro, Chefe do Gabinete Militar, aguardava ao telefone, para fazer a comunicação oficial da morte de Getúlio.

— Urgia — diz Café sobre suas primeiras reações — dominar a situação e avocar o comando dos acontecimentos. Já não podia parar. Não era mais simples espectador. Tinha, agora, obrigações a cumprir.

Só então Café foi informado da Carta Testamento e daquilo que vinha sendo chamado de “o bilhete” — um papel encontrado no gabinete reservado de Getúlio, na noite de 15 de agosto, com a frase: “À sanha dos meus inimigos, deixo o legado de minha morte...”

— Soube que essas palavras estavam sendo irradiadas a cada instante e compreendi logo

“ — *Dirigindo, neste momento penoso, as primeiras palavras à Nação, faço-o com a alma suspensa. Antes de quaisquer outras manifestações de minha parte, quero desde logo assumir o compromisso de empenhar todas as minhas forças para dar aos humildes a proteção que foi sempre a preocupação máxima do Presidente Getúlio Vargas.* ”

Café Filho

o perigo que encerravam, como fonte de excitação subversiva e como estímulo a represálias por parte de algumas camadas do povo, nem sempre devidamente esclarecidas e geralmente levadas a se deixarem levar pela simplicidade espontânea e pura dos sentimentos. Procurei neutralizá-las através de uma nota oficial redigida em linguagem adequada ao momento.

Nota para a qual, em sua primeira decisão como Presidente, Café Filho pediu ampla divulgação e que “fosse lida repetidamente nas emissoras com que pudesse contar o governo que nascia”.

— Deste modo — disse Café Filho nas memórias — travou-se nos microfones a singular batalha entre o bilhete de Getúlio e a pequena proclamação do novo Presidente, num dia em que todo o Brasil estava ao pé do rádio.

Na nota anunciada em seu nome, Café Filho dizia não haver palavras que pudessem descrever sua emoção e que a notícia do gesto “de desespero” do Presidente da República atingia-o como um raio. Dizia também que o Brasil devia pôr de lado quaisquer sentimentos políticos ou pessoais, para prestar a Getúlio as homenagens póstumas de que era credor. E concluía com um aceno que era ao mesmo tempo um apelo:

— Dirigindo, neste momento penoso, as primeiras palavras à Nação, faço-o com a alma suspensa. Antes de quaisquer outras manifestações de minha parte, quero desde logo assumir o compromisso de empenhar todas as minhas forças para dar aos humildes a proteção que foi sempre a preocupação máxima do Presidente Getúlio Vargas.

O próprio Café afirmaria, nas memórias, sobre sua nota:

— Tratava-se, como se vê, de uma exortação tranquilizadora, destinada a arrefecer os ânimos excitados pelo bilhete e conjurar quaisquer explorações sobre os propósitos do novo governo, confirmados depois na manutenção do salário mínimo e da legislação trabalhista...

GETÚLIO MORTO SALVA A PETROBRÁS

Meia hora apenas, depois de morrer, Getúlio conseguia que seu sucessor, um antigo sindicalista de classe média recém-convertido ao pensamento conservador, se comprometesse com a defesa da legislação trabalhista e com a manutenção do salário mínimo — isto é, com o salário mínimo majorado em 100% que começara a ser pago nesse mesmo mês de agosto! Além de evitar a guerra civil e resgatar sua honra, o Presidente morto começava a produzir outros ganhos.

À noite, afinal, Café Filho recebeu o General Juarez Távora, o maior líder militar da conspiração contra Getúlio, que aceitou assumir a chefia da Casa Militar da Presidência.

— Naquela primeira conversa — diria Café em suas memórias — adiantei ao General a minha intenção de não promover devassas contra o governo do Presidente morto. Preferia a norma de encaminhar à Justiça os fatos apurados, por vias regulares, quanto à má aplicação dos dinheiros públicos, não só na administração de Vargas, mas também na minha.



Corpo de Getúlio velado por milhares de pessoas, entre as quais se vê Juscelino Kubitschek e João Goulart.

A perigosa ingenuidade de Juarez Távora não causou os estragos de uma devassa, para os quais Café Filho estava advertido, mas levou-o à escolha do General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott para o Ministério da Guerra, em substituição a Zenóbio da Costa, dois dias depois.

Para os grupos anti-Vargas civis e militares, que pretendiam perpetuar-se no poder e, a longo prazo, desfazer o que Café Filho cautelosamente prometia preservar, era fundamental evitar que as eleições de outubro de 1954 e outubro de 1955 resultassem na vitória de candidatos identificados com Getúlio — e para isso eles já cogitavam do adiamento dessas eleições. Lott não concordou com o cancelamento das eleições e, por isso, mudou a história do Brasil.

O primeiro ato de Café Filho como Presidente da República, ao ser informado da morte de Getúlio, fora a nota oficial em que se comprometia a dar prosseguimento à luta em favor dos trabalhadores e dos humildes. Isso significava, na prática, que Café, intimidado pelo clima de opinião pública resultante do suicídio de Getúlio, decidira descontentar as forças conservadoras que o vinham apoiando como uma boa alternativa ao Presidente morto, e manter a decisão deste, de aumentar em 100% o salário mínimo — uma das principais razões, aliás, da feroz campanha contra ele.

“Com a Petrobrás e as eleições aconteceu a mesma coisa que com o salário mínimo aumentado em 100%: a morte de Getúlio tornou-os intocáveis. Isso foi entendido por Café Filho, mas não pelos grupos mais empenhados em colher os resultados que esperavam do fim do governo Vargas.”

Até o Ministro da Fazenda escolhido por Café Filho, Eugênio Gudin, o Papa do pensamento econômico conservador e reacionário no Brasil, teve de engolir essa decisão. Os grupos que tinham apoiado mais entusiasticamente a campanha de Carlos Lacerda, os promotores da vaia a Getúlio no Jockey Club e até os mais exaltados entre os oficiais da FAB ligados a Carlos Lacerda tiveram de engolir, junto com Carlos Lacerda e o professor Eugênio Gudin, essa capitulação inicial de Café Filho.

Assim como não houve condições políticas para revogar o aumento de 100% do salário mínimo e para o cancelamento das eleições de 1954 e de 1955, o governo Café Filho também não teve condições de atender às expectativas existentes dentro e fora do Brasil em relação à Petrobrás.

Com a Petrobrás e as eleições aconteceu a mesma coisa que com o salário mínimo aumentado em 100%: a morte de Getúlio tornou-os intocáveis. Isso foi entendido por Café Filho, mas não pelos grupos mais empenhados em colher os resultados que esperavam do fim do governo Vargas.

Setenta e duas horas, apenas, depois do suicídio, o *Wall Street Journal*, o jornal dos grandes grupos financeiros norte-americanos, declarava em sua edição de 27 de agosto:

— Funcionários americanos predizem que Café Filho pode eventualmente abrir a possi-

bilidade de investimentos de interesses estrangeiros nas indústrias do petróleo e da energia elétrica no Brasil.

Os investimentos estrangeiros em energia elétrica não estavam proibidos no Brasil. Na indústria do petróleo, o monopólio cobria apenas a pesquisa, a extração e o refino. Grupos estrangeiros operavam livremente e continuariam a operar na distribuição e no varejo de derivados; e por alguns anos ainda operariam também na importação de petróleo.

O EMISSÁRIO AMERICANO

Mais alguns dias e, a 8 de setembro, chegava ao Rio o Subsecretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Holland, que, naturalmente, vinha sondar a nova situação política. Na época, o *New York Times* era mais um jornal grande que um grande jornal e escreveu:

— A chegada ao Rio de Henry Holland não poderia ser mais oportuna. O Brasil tem que corrigir a política verdadeiramente desastrosa do extinto Presidente Vargas quanto ao comércio e ao trabalho. A pedra de toque é o petróleo. Não é nenhum exagero dizer que, se o Brasil modificar sua política nacionalista para o fomento de seus recursos petrolíferos jacentes, sua economia poderá transformar-se.

Muita gente nos Estados Unidos achava que as coisas podiam mudar radicalmente, do dia para a noite, no Brasil. O *New York Times* já sabia um pouco mais:

— Dificilmente poderia o novo governo do sr. Café Filho mudar abruptamente de política num momento de fermentação nacionalista e tensão interna, mas pode-se ter esperança para o futuro.

Na mesma linha e no mesmo dia, o *Financial Times*, de Londres, escrevia:

— É evidente que se o atual governo do sr. Café Filho conseguir fazer prevalecer seus pontos de vista, o Brasil abrirá suas portas ao capital estrangeiro, mesmo para a exploração do

petróleo. Mas parece também que a pressão americana no caso do petróleo aumentou.

Uma das primeiras decisões de Café Filho, ao assumir o governo, pode ter estimulado essas expectativas e até o aumento da pressão norte-americana: a escolha do General Juarez Távora, na noite de 24 de agosto, para a chefia do Gabinete Militar da Presidência. Juarez fora um dos conspiradores mais ativos da campanha final contra Getúlio. Em anos anteriores liderara, no Clube Militar, a corrente contrária à solução nacionalista para o petróleo no Brasil.

Nessa época o Presidente da República era o General Eurico Dutra, que no primeiro governo Vargas fora acusado de inclinações pró-nazistas, e agora chefiava um governo irrestritamente alinhado com as pretensões norte-americanas. Dutra mandara ao Congresso o projeto de um Estatuto do Petróleo tão favorável aos capitais estrangeiros que suscitara um grande debate em todo o país.

Esse debate chegou ao Clube Militar, onde as teses nacionalistas e a oposição ao Estatuto do Petróleo foram assumidas por um grupo sob a liderança do General Júlio Caetano Horta Barbosa, primeiro presidente do Conselho Nacional do Petróleo, criado por Getúlio em 1938. O grupo favorável aos capitais estrangeiros foi conduzido por Juarez, por não acreditar que o Brasil tivesse recursos e competência para explorar seu petróleo.

AS ESPERANÇAS DESPERTADAS POR JUAREZ

Seis anos depois desse debate, a chegada de Juarez ao primeiro escalão do novo governo despertou nos círculos financeiros dos Estados Unidos e da Inglaterra a expectativa de que, em face da suposta vitória militar contra Getúlio, ele pudesse conduzir Café Filho a revogar o monopólio confiado à Petrobrás.

Café, que chegava muito fraco ao governo, conferiu grandes poderes a Juarez, o que pode ter aumentado ainda mais essas expectativas.



General Juarez Távora

Café decidira extinguir ou fora convencido a extinguir a assessoria econômica instalada por Getúlio no Palácio do Catete e responsável pelos projetos da Petrobrás, da Eletrobrás, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, do Banco do Nordeste e do Plano do Carvão Nacional.

— Expliquei a Juarez — diria Café em suas memórias — que, em vez de manter as assessorias criadas por Getúlio no Catete, pretendia ampliar as funções das Casas Civil e Militar, alargando as suas atribuições, no sentido de uma cooperação mais acentuada com o Presidente, no âmbito da administração central do país.

— Obtendo resposta favorável ao convite, recomendei a Juarez que escolhesse seus auxiliares tendo em vista que vários órgãos federais antes subordinados diretamente ao Presidente da República, teriam, agora, sua orientação confiada a ele e sua equipe. Entre esses órgãos estava a Petrobrás. Entre as novas atribuições do Gabinete Militar, figurava o conjunto da política do petróleo.

Café Filho não esclareceu, nas memórias, se desde logo confiou a Juarez sua decisão de conduzir a política do petróleo da mesma forma que decidira conduzir a questão das eleições e a das leis trabalhistas e do salário mínimo: não contrariar a orientação que Getúlio seguira ou seguiria.

O que Café Filho disse sobre o petróleo em suas memórias foi o seguinte:

— Relativamente ao concurso do capital estrangeiro, ocorreu-me, na Presidência da República, uma experiência diversa da do Presidente Getúlio Vargas. Não recebi manifestações de desinteresse. De recusas não posso falar, porquanto não considerei jamais a hipótese de atrair aquele capital e adaptá-lo à disciplina da lei que criara a Petrobrás.

— Mas um dia o Presidente de uma companhia estrangeira, não me recordo bem se da Standard ou da Atlantic, de passagem pelo Rio, visitou-me no Catete, onde me fez a seguinte declaração: “Se o Brasil modificar sua política petrolífera, nós nos interessaremos imediatamente em fazer inversões aqui, na prospecção de petróleo.”

— Respondi-lhe que o meu governo não pretendia promover a revisão da lei que criara a Petrobrás, não só porque esta tivera recentemente em seu favor a maioria dos votos no Congresso Nacional, mas também porque estava numa fase de experiência inicial, antes de cujo término não seria lícito proclamar o seu bom ou mau êxito.

— Pessoalmente favorável ao concurso do capital estrangeiro, especialmente na prospecção, não podia, entretanto, procurar impor o meu ponto de vista pela circunstância de estar na Presidência da República. Sabia do empenho de grupos externos, de participar do desenvolvimento econômico do Brasil...

Café Filho, com sua longa experiência na vida política, acreditaria mesmo nisso, que os grupos externos estavam generosamente interessados em ajudar o desenvolvimento econômico do Brasil? Ele disse mais, nas memórias, que logo ao assumir o governo, irromperam debates em que se admitia a reforma da legislação petrolífera:

— Achei, no entanto, que devia tomar posição contrária à tese revisionista. A Petrobrás ainda não fora submetida a teste suficiente... O tema era por natureza divisionista e meu empenho

era suprimir atritos e promover a normalização da vida nacional... O General Juarez Távora entendia ... que se devia prestigiar a solução já adotada em lei.

Na verdade Café Filho não ousara mexer na Petrobrás em seguida à morte de Getúlio.

UM PARECER DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Se os grandes grupos petrolíferos internacionais esperavam uma ação decidida do General Juarez, devem ter sofrido uma enorme decepção. Ainda que quisesse, Juarez não teria apoio militar para isso. Já a 4 de novembro de 1954, Café Filho recebeu um parecer do Estado Maior das Forças Armadas, encaminhado por seu novo Chefe, o General Canrobert Pereira da Costa, “considerando inoportuna, naquele momento, uma alteração no monopólio estatal da exploração do petróleo...”

Canrobert fora um dos líderes do golpe contra Getúlio, mas não aceitava, como a maioria dos militares, que se mexesse na Petrobrás.

— Opinaram os militares — disse Café Filho em suas memórias — que, “pelo menos no campo da refinação e dos transportes, os recursos nacionais, devidamente mobilizados, poderiam concorrer, substancialmente, para atenuar as despesas em divisas estrangeiras, necessárias à obtenção do petróleo e seus derivados, cujo consumo crescente decorre do próprio desenvolvimento da economia nacional”, salientando ainda a perspectiva de abertura, na América do Sul, de fontes de importação de óleo bruto, e o aumento previsto, em número e produção, para as destilarias nacionais.

É possível que o parecer do EMFA tenha sido elaborado a pedido do próprio Café. Ao mencioná-lo pela primeira vez, ele diz que “obteve um ofício do Estado Maior etc. etc.” Mesmo antes desse parecer, ele sabia que não podia mexer na Petrobrás por causa do suicídio de Getúlio. Pela mesma razão, ele não mexera no salário mínimo e não ousara adiar nem a eleição de 1954, nem a de 1955.





A PETROBRÁS NOS ANOS JK



Não conseguindo cancelar nem adiar as eleições de 1954 e de 1955, o governo Café Filho tentou de todas as maneiras impedir a candidatura e em seguida a eleição e a posse do candidato identificado com Getúlio, o Governador Juscelino Kubitschek, de Minas.

A todas as ações de intimidação para que desistisse, Juscelino resistiu com algum apoio da mídia e muito apoio político e popular. Às tentativas de impedir sua posse, resistiu também com muito apoio político e popular, mas principalmente com bom apoio militar, do então Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, sustentado por um bom esquema nos comandos do Exército.

Lott fora indicado para o cargo de Ministro da Guerra, logo nos primeiros dias do governo Café Filho, pelo General Juarez Távora, um dos líderes militares da conspiração contra Getúlio, por ser o número um no chamado almanaque do Exército, que classificava os oficiais de todas as patentes por ordem de importância, de acordo com critérios como antiguidade, cursos e classificação nestes, condecorações, postos ocupados e missões cumpridas.



“ *Juscelino fora eleito como candidato identificado com Getúlio – e sofrera, por isso, pressões, vetos e tentativas de golpe de toda ordem. Não poderia, sem pagar altíssimo preço político, ceder a argumentos e pressões contra a Petrobrás.* ”

Oficial sempre legalista e considerado “caxias”, no jargão da caserna, pelo rigor na observância dos regulamentos e da disciplina, Lott sentiu-se usado quando percebeu que o governo Café Filho se envolvia em nova conspiração, agora contra Juscelino. Lott se opôs e, com um contragolpe em novembro de 1955, garantiu a posse do Presidente eleito.

Em fevereiro de 1956, recém-empossado na Presidência da República como sucessor de Café Filho e herdeiro de Getúlio, Juscelino teve uma primeira reunião com Lucas Lopes, por ele nomeado Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, mas, além e acima disso, coordenador do Programa de Metas do governo, o que fazia dele, cumulativamente, uma espécie de Ministro de fato do Planejamento.

Juscelino, com a exuberância habitual, elogiou muito o Programa de Metas que Lucas Lopes apresentara, considerando-o sensacional, genial... Mas fez uma ressalva:

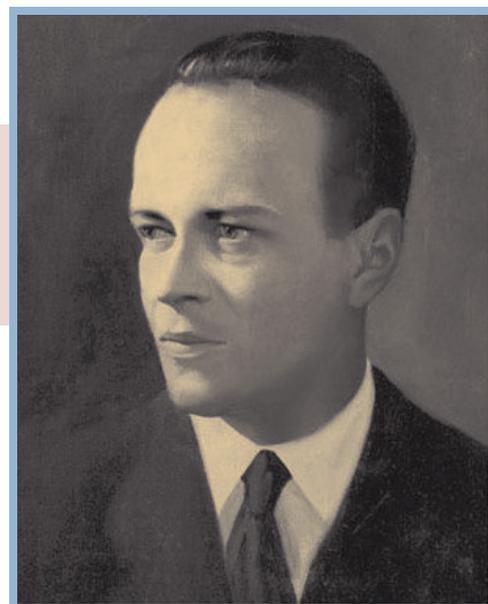
– Lucas – disse Juscelino – não vamos privatizar a Petrobrás. Isso você esqueça. Fui eleito como herdeiro do Dr. Getúlio. Se eu tentar mexer na Petrobrás estou no chão. Não tenho condições políticas para isso.

Juscelino fora eleito como candidato identificado com Getúlio – e sofrera, por isso, pressões, vetos e tentativas de golpe de toda ordem. Não poderia, sem pagar altíssimo preço político, ceder a argumentos e pressões contra a Petrobrás. Com o extraordinário instinto político que lhe permitira vencer tantos obstáculos no caminho para a Presidência, e que lhe permitiria completar nela seus cinco anos de mandato,

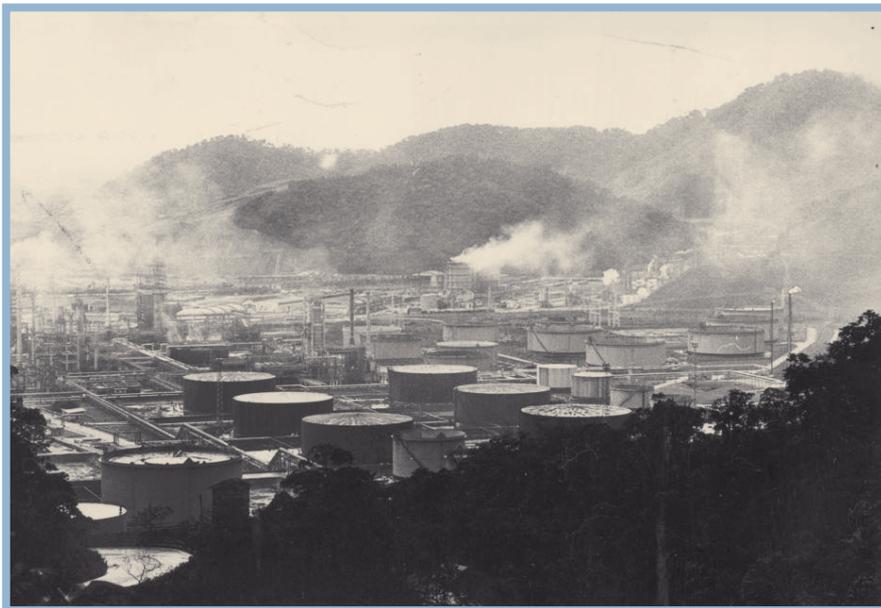
vencendo duas rebeliões militares e uma permanente conspiração golpista, Juscelino deve ter considerado com alívio que Getúlio deixara resolvida a questão da Petrobrás, para que ele, como sucessor, pudesse entregar-se por inteiro à realização, em plano nacional, daquilo que começara em Minas e que o convertera em candidato natural a Presidente da República: um grande programa de energia e transportes como alavanca de um visionário projeto de desenvolvimento da economia brasileira.

Do Plano de Juscelino constava a meta de elevar a produção de petróleo bruto de apenas 6.800 para nada menos que 100 mil barris diários até o fim de seu governo.

Juscelino, além disso, assumiu a Presidência tendo diante de si as perspectivas abertas pela



Lucas Lopes



Refinaria Presidente Bernardes "Vale da Morte", Cubatão, São Paulo, Brasil

recente entrada em funcionamento da Refinaria de Cubatão, no litoral de São Paulo, construída quase toda no segundo governo Vargas e inaugurada em abril de 1955 no governo Café Filho. A decisão de construí-la, recomendada pelo Conselho Nacional do Petróleo, vinha de 1949, no governo do General Eurico Dutra, na linha da prioridade para o refino que Getúlio adotara em seu primeiro governo.

A refinaria começou a operar processando 45 mil barris por dia e atenderia a nada menos que 50% da demanda do país. Isso liberaria o governo de grandes gastos com a importação de derivados e daria grande impulso ao crescimento acelerado da economia do país e a uma das prioridades do plano de metas aprovado por Juscelino, o desenvolvimento da indústria automobilística.

Desde agosto de 1954 a Petrobrás operava os campos de petróleo antes a cargo do Conselho Nacional do Petróleo e em seu relatório de 1955 registrava que a produção de petróleo na Bahia mais que dobrara, dando para suprir com folga a refinaria de Mataripe, que já processava cinco mil barris diários.

A Petrobrás avançava também com sua organização interna. No fundamental setor de pesquisa, a preocupação era organizar um de-

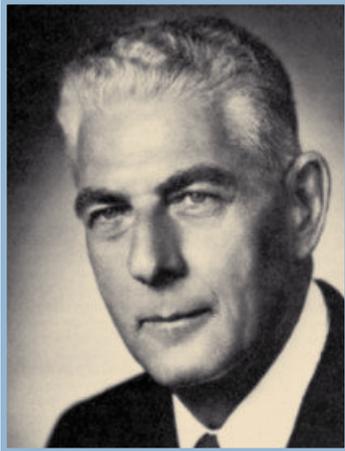
partamento de padrão técnico equivalente ao das maiores empresas do mundo. Com vistas a esse padrão, a diretoria da Petrobrás ainda em 1954 contratara por cinco anos os serviços do geólogo norte-americano Walter Link, que acabava de se aposentar como geólogo-chefe da Standard Oil de Nova Jersey.

LINK E O CAMPO DE NOVA OLINDA

Passado algum tempo, os serviços de Link à Petrobrás passaram a ser discutidos, perguntando-se se ele de fato era leal a ela ou se no fundo e secretamente continuava a serviço da Standard Oil norte-americana. As desconfianças começaram a partir de divergências com as expectativas da diretoria da Petrobrás, presidida pelo coronel Janary Gentil Nunes desde os primeiros dias do governo JK.

Janary, nascido na cidade de Alenquer, no Pará, foi o primeiro governador nomeado para o Território Federal do Amapá, destacado do território paraense em 1943, logo depois da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha de Hitler.

Juntamente com o do Amapá, na fronteira norte do Brasil, foram criados também, todos



O geólogo norte americano -Walter Link (1902-1982), Diretor de Exploração da Petrobrás (1955-1961)



Coronel Janary Nunes, presidente da Petrobrás, em 06/05/1956, otimista com o futuro da exploração de petróleo no Brasil

em regiões de fronteira, os territórios federais do Iguazu, depois reincorporado ao Paraná; o de Ponta Porã, no atual estado do Mato Grosso do Sul; o de Rio Branco, atual estado de Roraima; e o de Guaporé, que deu origem ao estado de Rondônia. Em 1942, também por causa da guerra, tinha sido criado o Território de Fernando de Noronha, destacado de Pernambuco. Antes já existia o Território do Acre, criado em 1904.

A criação dos novos territórios destinava-se a proteger essas fronteiras, militarmente e economicamente, de qualquer possível intercorrência da guerra e Janary, depois da guerra, continuou no governo do Amapá. Essa longa experiência identificou-o profundamente com os problemas da Amazônia e no início de 1956, Juscelino, eleito Presidente da República em outubro de 1955, escolheu-o para a presidência da Petrobrás.

Por sugestão de Tancredo Neves, um de seus mais próximos conselheiros políticos, Juscelino decidira entregar a Presidência da Petrobrás a um militar, de modo a tranquilizar o conjunto das Forças Armadas quanto à condução da empresa: ela não seria instrumento de interesses políticos nem estaria vulnerável a pressões que a desviassem de suas finalidades estratégicas e de suas responsabilidades com a segurança nacional.

Janary era um homem do Exército, que na Segunda Guerra Mundial fora responsável por uma importante região de fronteira, e era também um homem da Amazônia, onde em 1955 se descobrira uma potencial e possivelmente grande reserva de petróleo.

Ao longo do governo JK e da gestão do coronel Janary Nunes na Petrobrás, essa possível grande reserva, situada em Nova Olinda, no Amazonas, um distrito do município de Itacoatiara a pouco mais de cem quilômetros de Manaus, tornou mágico o nome desse lugar assim que a notícia dessa descoberta espalhou-se por todos os jornais, no Brasil inteiro.

Recentemente a revista Cenarium, de Manaus, que se apresenta como uma publicação “da Amazônia para o mundo”, reviveu aqueles dias da magia de Nova Olinda com uma reportagem de Náferson Cruz, que reconstituiu o momento da descoberta, as emoções que ele despertou e como as expectativas cresceram e depois foram frustradas.

— Era madrugada de 13 de maio de 1955 — diz Náferson — quando centenas de operários do poço petrolífero NO-3 da Petrobrás, no município de Nova Olinda do Norte, situado à margem direita do rio Madeira, foram às lágrimas e emoção. Sobre eles caíram gotas do ‘ouro negro’ que jorrava a 45 metros de altura durante 15 minutos, segundo relatos dos moradores mais antigos.

— Diante do feito histórico, dois mil trabalhadores extasiados - segundo Náferson — cantaram o Hino Nacional.

Logo Nova Olinda foi elevada à categoria de município e recebeu a visita de Café Filho, ainda Presidente, e depois de Juscelino, cujo termo claro chegou a ser molhado (e fotografado) pelo “petróleo que veio à flor da terra”.

— Após a repercussão - prossegue a reportagem - a cidade entrou num ciclo de prosperidade com a construção de hospital, ma-



Nova Olinda do Norte chegou a ser conhecida nacionalmente pelo “ouro negro”

ternidade, escolas, acesso à água potável e energia elétrica. Abundância inimaginável para os ribeirinhos da pequena Nova Olinda, que, até então, tinham uma vida pacata [de] roçado, plantio e pesca. Hoje, a maioria dos 45 mil moradores do município desconhece tal feito histórico, que repercutiu no mundo inteiro [como] a grande descoberta do maior lençol petrolífero do Brasil.

Depois as grandes expectativas não se confirmaram e até o nome de Nova Olinda desapareceu noticiário e da memória dos milhões de brasileiros que um dia sonharam com ele.

— Segundo relatos nos jornais — concluía esse trecho da reportagem — o petróleo voltou a subir pelas sondas, mas os poços não foram desenvolvidos porque um geólogo americano, Walter Link, contratado pela Petrobrás, alegou que o hidrocarboneto da região não tinha valor comercial e determinou o fechamento dos poços. Não compensaria o investimento. E com isso os poços foram lacrados.

LINK E A AMAZÔNIA

No início das operações da Petrobrás, em 1954, o Brasil já dispunha de alguns engenheiros, geólogos e outros técnicos de nível superior com alguma experiência na pesquisa e prospecção de petróleo, experiência herdada sobretudo das atividades do Conselho Nacional do Petróleo, criado em 1938, no primeiro governo Vargas. Mas era necessário contar com técnicos de experiência maior e o primeiro Pre-

sidente da Petrobrás, Juracy Magalhães, contratou Link, geólogo de grande reputação, que acabava de se aposentar como geólogo-chefe da Standard Oil de Nova Jersey.

Juracy, um dos jovens líderes militares (“tenentes”) da Revolução de 1930, foi Interventor na Bahia no início do primeiro governo Vargas e depois governador eleito. Em 1937 opôs-se à decretação do Estado Novo e deixou o governo da Bahia, afastou-se de Getúlio e voltou às fileiras do Exército.

Em 1945 foi um dos fundadores da UDN, a União Democrática Nacional, de oposição a Getúlio, e apoiou a candidatura presidencial do Brigadeiro Eduardo Gomes, que foi derrotado pelo General Eurico Dutra, apoiado por Getúlio. Em 1950, foi inicialmente contra nova candidatura presidencial do Brigadeiro, que dessa vez tinha como adversário o próprio Getúlio e foi derrotado por este.

Apesar de adversários nessas duas eleições, Getúlio convidou-o para participar de seu segundo governo e Juracy foi de início presidente da Companhia Vale do Rio Doce e depois Adido Militar nos Estados Unidos. Em maio de 1954, Getúlio confiou-lhe a presidência da Petrobrás, criada em 1953 e instalada naquele momento.

Com esse convite a Juracy para a Petrobrás, assim como antes convidara outros integrantes da UDN para outros cargos, Getúlio pretendia neutralizar os ímpetus golpistas que se avolumavam nesse partido. Da UDN participara do primeiro ministério de Getúlio o udenista de

Pernambuco João Cleofas, nomeado Ministro da Agricultura. Do segundo Ministério, nomeado em meados de 1953, era originário da UDN o Ministro mais importante, o da Fazenda, Oswaldo Aranha, companheiro de juventude de Getúlio e seu principal parceiro na Revolução de 1930.

Em meados de 1954, pouco depois da investidura de Juracy na presidência da Petrobrás, uma convenção nacional da UDN foi arrebatada pela palavra incendiária de Carlos Lacerda e decidiu por maioria que a partir dali a prioridade do partido seria a derrubada do governo de Getúlio. Isso só não atingiu nem perturbou a instalação da Petrobrás porque Juracy estava em sua presidência e também porque boa parte das bancadas da UDN na Câmara e no Senado tinham apoiado e até patrocinado a cláusula do monopólio estatal do petróleo na votação da Lei 2004.

Já o fato de Juracy ter sido adido militar nos Estados Unidos foi importante para facilitar-lhe um bom acervo de informação sobre as reações do novo governo norte-americano, empossado no início do ano e presidido pelo General Dwight D. Eisenhower, um governo extremamente conservador e ostensivamente hostil a projetos estatais de desenvolvimento na América Latina, como o da Petrobrás.

A contratação de um geólogo como Walter Link, de nacionalidade norte americana e ligado ao grupo Standard Oil, pretendia ser tranquilizadora para o governo, mas em contrapartida despertou no Brasil e na própria Petrobrás a suspeita de que ele pudesse sabotar projetos desta.

Contratado, Link trouxe com ele alguns especialistas com experiência internacional e em 1955 assumiu as funções de chefe de operações da Petrobrás. Já em 1956, porém, na gestão de Janary Nunes, entrou em conflito com este, ao defender uma política de cautela em relação à região amazônica.

Segundo ele, áreas da Bahia e Sergipe deveriam ser prioritárias e as da Amazônia ofereciam dificuldade que poderiam criar riscos para a Petrobrás, caso esta não agisse com cuidado. Janary era favorável à exploração de áreas como

Nova Olinda, onde acreditava existir um verdadeiro mar de petróleo, enquanto Link acreditava que essa opção exigiria investimentos que poderiam comprometer a própria estabilidade financeira da Petrobrás. Link resumia sua posição insistindo na prioridade para setores de rentabilidade, onde o óleo já tivesse sido descoberto com possibilidades comerciais confirmadas.

O RELATÓRIO LINK

Nos anos finais do governo JK, as teses de Link eram objeto de discussão pública e apaixonada.

No início de 1960, esse debate subiu de tom quando o general Tácito de Freitas publicou o livro *Petróleo* apesar de Mr. Link, no qual acusava Link de ter sabotado o poço de Nova Olinda, na Amazônia, por defender interesses das empresas estrangeiras no setor.

Em dezembro desse ano, com seu contrato de cinco anos com a Petrobrás chegando ao fim, Link viajou para os Estados Unidos e no embarque deu uma entrevista coletiva na qual reafirmou as conclusões do relatório que tinha apresentado à diretoria da empresa em agosto.

O relatório, resultado de estudos de 14 geólogos, dos quais seis brasileiros e oito estrangeiros, sugeria a suspensão das pesquisas no Acre, na Amazônia, exceto no médio Amazonas, e no Sul do país.

Seu sucessor na chefia de operações da Petrobrás, o brasileiro Pedro Moura, qualificaria esse relatório de “verdadeiro balaço de ricochete nas aspirações nacionais ao abastecimento interno do petróleo”.

Na época, o debate e a controvérsia sobre o relatório Link concentravam-se na questão de Nova Olinda e da Amazônia. Com o tempo, porém, o que passou a interessar mais foi a sugestão de Link de que o Brasil poderia ter mais petróleo no fundo do mar que em terra firme — sugestão confirmada na Bacia de Campos na década de 1970, em consequência das crises mundiais do petróleo de 1973 e 1979, e na descoberta do Pré-Sal em 2006.





PETRÓLEO EM TROCA DE CAFÉ: O GOVERNO JÂNIO QUADROS



Sua vitória foi esmagadora e, em 31 de janeiro de 1961, era empossado como novo presidente do Brasil

A Petrobrás e o petróleo estiveram entre os temas mais apaixonadamente discutidos na campanha presidencial de 1960, para a sucessão do Presidente JK. O candidato mais forte era Jânio Quadros, ex-Prefeito e ex-Governador de São Paulo. Mas sua candidatura, por uma coligação predominantemente oposicionista, era liderada pela UDN, na qual conviviam uma direção conservadora e um grupo minoritário muito progressista, a chamada Bossa Nova.

Jânio tentava mostrar-se insubmisso diante da UDN conservadora e equilibrar-se entre propostas moralistas de bom efeito eleitoral e afirmações nacionalistas e de apoio à Petrobrás. Mas era apontado pelos adversários como não confiável nessa questão. Seu principal adversário, o Marechal Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra de Juscelino depois de ter assegurado a eleição deste em 1955 e sua posse em janeiro de 1956, tornara-se o líder da corrente nacionalista do Exército e o maior símbolo da defesa da Petrobrás.



Marechal Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra de Juscelino, tornou-se o líder da corrente nacionalista do Exército e o maior símbolo da defesa da Petrobrás.

Com quase seis milhões de votos, resultado sem precedentes no Brasil, Jânio foi eleito em outubro de 1960, empossado em janeiro seguinte e logo deixou claro que precisaria do apoio das esquerdas para dar sustentabilidade à política externa independente que anunciou e que previa desde logo o restabelecimento de relações diplomáticas com a então União Soviética e o reconhecimento da China comunista.

Para dar de saída um sinal de que no caso da Petrobrás não faria qualquer concessão que a prejudicasse ou ameaçasse o monopólio estatal do petróleo, Jânio nomeou para sua presidência o engenheiro Geonísio Barroso e para a presidência do Conselho Nacional do Petróleo

“ – Se eu fizer isso, Embaixador, se mexer com a Petrobrás, esteja certo que até as pedras da rua se levantarão do calçamento para se jogar contra mim. ”

Jânio Quadros

o professor Josafá Marinho, que tiveram sua indicação muito bem recebida pelas forças nacionalistas.

Outra iniciativa de Jânio que impressionou favoravelmente as esquerdas foi convencer Celso Furtado a permanecer na superintendência da Sudene, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada por Juscelino em razão de estudos conduzidos pelo próprio Celso e dirigida por ele desde sua instalação.

Na maioria conservadora da UDN e em outras forças conservadoras, a resistência à política externa de Jânio logo foi assumida por Carlos Lacerda, que tinha sido eleito governador do então Estado da Guanabara (a cidade do Rio de Janeiro, Capital da República antes da mudança para Brasília). Essa resistência aumentou depois que Jânio se opôs com firmeza e até veemência à tentativa de invasão de Cuba em abril, por exilados e mercenários desembarcados na Baía dos Porcos com financiamento e treinamento da CIA norte americana.

Jânio não recuou e até avançou e provocou mais, praticamente mandando embora de seu gabinete o Embaixador dos Estados Unidos, John Moors Cabot, que tentava convencê-lo a permitir capitais estrangeiros na exploração do petróleo brasileiro.

Teatralmente e naturalmente pensando em fazer a notícia chegar aos jornais, Jânio interrompeu-o:

– Se eu fizer isso, Embaixador, se mexer com a Petrobrás, esteja certo que até as pedras da rua se levantarão do calçamento para se jogar contra mim.

Em contradição com atitudes como essas, Jânio permitira em abril uma reforma cambial que tinha dobrado o preço do dólar e, portanto, o dos derivados de petróleo importado, dos fretes rodoviários e de outros produtos dependentes de matéria-prima importada, como o pão de trigo. Essa política econômica, inspirada pelo Embaixador Roberto Campos, dificultava e em muitos casos impossibilitava o apoio da esquerda parlamentar a Jânio. E Jânio já tinha perdido o apoio das bancadas conservadoras no Congresso, especialmente o da UDN, embora nesta mantivesse o da Bossa Nova.

Jânio, aliás, pensava seriamente em mudar essa política econômica, demitindo o Ministro da Fazenda Clemente Mariani, dono do Banco da Bahia, e criando um Ministério do Planejamento para o qual convidaria Celso Furtado.

A CONDECORAÇÃO A CHE GUEVARA

Talvez para compensar essa política enquanto não pudesse mudá-la, Jânio ousou ainda mais e em agosto condecorou com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, maior comenda brasileira, o Ministro das Indústrias de Cuba, Ernesto “Che” Guevara, que fez escala em Brasília de volta a Havana, depois de uma assembleia em Punta del Este, no Uruguai, do CIES, o Conselho Interamericano Econômico e Social, convocada para discutir a Aliança para o Progresso, um projeto do Presidente John Kennedy, dos Estados Unidos,” de pretendida cooperação econômica para o desenvolvimento da América Latina.

A condecoração a Guevara, que em Punta del Este combatiera com ironia feroz as propostas americanas, levou ao paroxismo a campanha de Lacerda contra Jânio, agora convertida numa campanha para derrubar Jânio, promovendo seu *impeachment*. Como a condecoração a Guevara e o conjunto da política externa podiam não ser aceitas como motivo suficiente, Lacerda foi à TV na noite de 24 de agosto e acusou Jânio de lhe ter mandado ao encontro o Ministro da Justiça Oscar Pedrosa Horta com

a proposta de um golpe de Estado para fechar o Congresso.

Na manhã seguinte, 25 de agosto, Jânio renunciou, pensando, como escreveu o *Washington Post*, o jornal mais bem informado dos Estados Unidos, em voltar ao poder na onda de um movimento popular que teria como desfecho a convocação de uma Constituinte e nova eleição presidencial que o levaria de volta ao poder com poderes bem mais amplos.

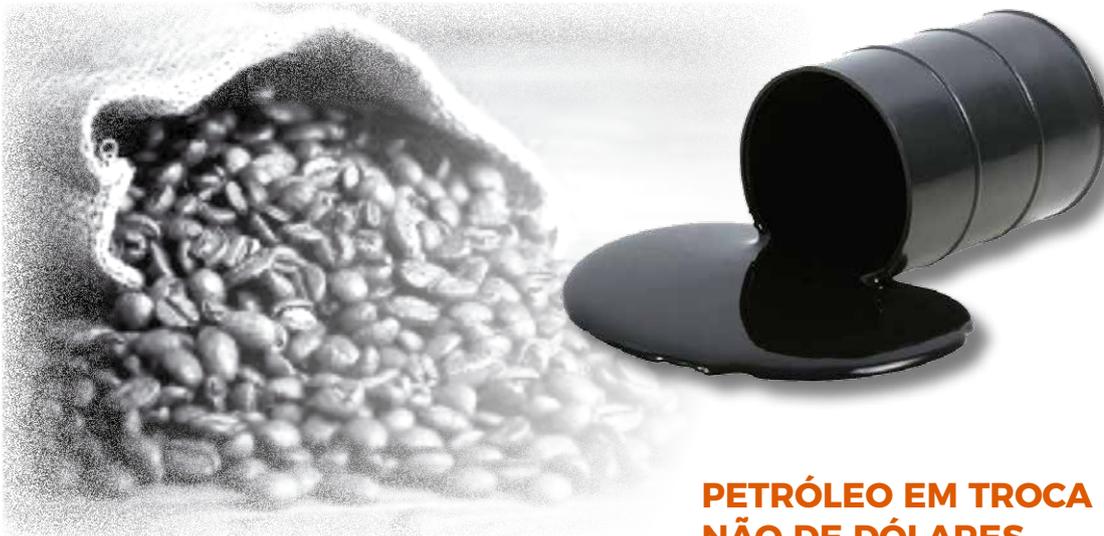
Essa expectativa, se de fato existia, não se confirmou, e Jânio só voltou ao poder como Prefeito de São Paulo mais de vinte anos depois. No caso do petróleo e da Petrobrás, porém, ele deixou iniciadas com a União Soviética negociações promissoras que estimulavam o restabelecimento de relações diplomáticas com ela.

Essas relações tinham sido estabelecidas pela primeira vez em 1945, nos meses finais da Segunda Guerra Mundial, depois de um intervalo que vinha da tomada do poder pelos comunistas em 1917.

Antes o Brasil Império e o Brasil República relacionavam-se cordialmente com a Rússia czarista e não reconheceram a Rússia Soviética. Tal situação perdurou até a Segunda Guerra Mundial, quando a União Soviética foi invadida pela Alemanha de Hitler em meados de 1941 e se tornou aliada dos países já em guerra com ela, como a Inglaterra e, em nome da França ocupada, os Franceses Livres de De Gaulle.

Em dezembro desse ano os Estados Unidos entraram também na guerra, atacados pelo Japão em Pearl Harbor, e se tornaram aliados da União Soviética. Em 1943 foi a vez do Brasil, que rompera relações com a Alemanha imediatamente depois do ataque aos Estados Unidos e foi atacado pelos submarinos nazistas por causa disso.

No início de 1945, com o fim da guerra próximo e o colapso da Alemanha garantido, o Presidente Roosevelt, dos Estados Unidos, liderava a organização da ONU e queria o Brasil como um de seus fundadores. Para isso era preciso o



PETRÓLEO EM TROCA DE CAFÉ, NÃO DE DÓLARES

Brasil ter a aprovação da União Soviética, o que pressupunha o estabelecimento de relações diplomáticas com ela.

A pedido de Roosevelt, Getúlio fez isso e foi aceito na ONU sem oposição ou resistência. Mas Roosevelt morreu em abril e seu sucessor, o Vice Harry Truman assumiu a Presidência dos Estados Unidos com uma virada conservadora e belicista que acabou com a promissora coexistência pacífica que Roosevelt mantinha com a União Soviética.

A guerra na Europa terminou em maio, com a rendição da Alemanha. Em agosto, sem a menor necessidade, Truman determinou o ataque final ao Japão, que estava prestes a capitular incondicionalmente, com as bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki.

Como logo se percebeu, não foi para dobrar o Japão que esses ataques aconteceram, foi para intimidar a União Soviética, em primeiro lugar impedindo que ela invadisse o Japão, conseguisse a rendição dos japoneses e estendesse sua influência pelo Extremo Oriente; e, em segundo lugar, tentando inutilmente impedir que ela levasse sua expansão aos países da Europa Oriental contíguos ou próximos a seu território.

A guerra fria logo alcançou a América Latina e em 1947 não convinha mais aos Estados Unidos que o Brasil mantivesse relações com a União Soviética. De imediato alguns incidentes menores e tolos precipitaram o rompimento.

Quase quinze anos depois, em 1961, essa era, no Brasil, uma questão discutida apaixonadamente. O Brasil precisava, com urgência, ampliar seu mercado externo. A União Soviética e os demais países do mundo comunista poderiam comprar café brasileiro — e o Brasil tinha enormes estoques excedentes, cujo armazenamento e manutenção custavam caríssimo. E poderiam vender petróleo ao Brasil nas condições mais vantajosas.

Jânio Quadros, em seus sete meses de governo, chegou a iniciar a negociação de um acordo pelo qual a União Soviética trocava seu petróleo por café brasileiro, sem que o Brasil tivesse de pagar esse petróleo em dólares, cada vez mais escassos em seu orçamento cambial e cada vez mais caros depois da reforma cambial desastrosamente autorizada por Jânio.

Apesar das vantagens indiscutíveis do restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética e, ainda, do fato de que os Estados Unidos, campeões planetários do capitalismo e do anticomunismo, mantinham relações plenas, diplomáticas e comerciais, com ela e seus satélites, a decisão de reatar só aconteceu em novembro daquele ano de 1961, já no governo João Goulart, e foi recebida com protestos estridentes na Câmara e na imprensa, sobretudo por parte de parlamentares católicos ligados à Igreja mais conservadora, liderada pelo Cardeal-Arcebispo do Rio, D. Jaime Câmara, que era, na prática, politicamente, apenas um porta-voz bem manejado de Carlos Lacerda.





O GOVERNO JANGO



7 de setembro: João Goulart assume a faixa presidencial como resultado da Campanha

Em seguida à renúncia de Jânio, que fora eleito e assumiu o governo sem qualquer veto ou resistência, o seu Vice Jango, João Goulart, só chegou à Presidência depois de enfrentar dura batalha e fazer grandes concessões.

Depois que os ministros militares vetaram sua posse, Jango teve de concordar com uma emenda constitucional que estabelecia o modelo parlamentarista de governo, reduzindo consideravelmente seus poderes.

Como as Forças Armadas estavam divididas e Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul, mobilizava a opinião pública com a Campanha da Legalidade, a alternativa seria Jango assumir na crista de um movimento revolucionário armado — alternativa que ele não aceitou: a derramar sangue de brasileiros ele preferiria até renunciar ao mandato presidencial que lhe era conferido pela renúncia de Jânio.



A refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro, foi a primeira construída pela Petrobras; a inauguração foi em 1961

Jango assumiu a Presidência a 7 de setembro de 1961 e dois dias depois, a 9 de setembro, a Petrobrás podia festejar mais um marco de sua desafiadora trajetória, com a entrada em operação de sua Refinaria Duque de Caxias, no município desse nome, na Baixada Fluminense, no antigo Estado do Rio.

Paralelamente ao desenvolvimento da prospecção e extração de óleo, que ainda não confirmara as expectativas despertadas pelo campo de Nova Olinda, na Amazônia, a Petrobrás dava prioridade à expansão de sua capacidade de refino, de acordo com a orientação adotada por Getúlio Vargas ainda em seu primeiro governo.

A capacidade de refino daria ao país a possibilidade de montar uma indústria petrolífera suficientemente avançada para sustentar uma política igualmente sustentável de desenvolvimento da economia do país. Coerentemente com isso, a Reduc dava grande impulso à prioridade do refino com sua capacidade inicial de refinar 90 mil barris por dia, elevando a produção anual das refinarias da Petrobrás para mais de 60 milhões de barris.

O projeto da Reduc era anterior à própria criação da Petrobrás e vinha de 1952, no segundo governo Vargas, quando o Conselho Nacional do Petróleo tinha o encargo de conduzir

toda a ação governamental no desenvolvimento de uma indústria petrolífera no Brasil.

Em abril desse ano, quando o Congresso discutia o projeto da Petrobrás que Getúlio tinha apresentado em dezembro anterior, o CNP aprovou o Plano de Localização de Refinarias de Petróleo, que incluía uma refinaria localizada na costa que fosse capaz de atender ao então Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro), ao então Estado do Rio (o atual menos a cidade do Rio), ao Espírito Santo e parte de Minas Gerais.

Em 1958, o projeto já era conduzido pela Petrobrás e o Presidente Juscelino Kubitschek lançou a pedra fundamental da Reduc, dando início a sua construção. De 1961 a 1963, no governo Jango, a Reduc aumentou sua capacidade de refino do 90 mil barris diários iniciais para 190 mil.

Nessa época, a produção de derivados no Brasil já representava cerca de 76% de seu consumo global, em contraste com o quadro existente em 1953, ano de criação da Petrobrás, quando sua capacidade de refino era inferior a 4%. Com a Reduc o governo Jango e a Petrobrás se punham no rumo de uma das maiores metas da política petrolífera que vinha do primeiro governo Vargas, a autossuficiência nacional da produção dos derivados básicos de

petróleo, o que permitiria ao país controlar o suprimento e o preço final desses derivados.

Getúlio, aliás, no início de seu segundo governo, não incluiu a cláusula do monopólio estatal no projeto de criação da Petrobrás enviado ao Congresso. Com essa omissão ele evitou que fossem suspensos o embarque e a entrega de equipamentos para a construção de refinarias no Brasil. Ao mesmo tempo ele combinou com deputados ligados a ele que apresentassem as emendas necessárias para a instituição desse monopólio. Paralelamente a essas emendas, deputados da oposição e até das correntes mais conservadoras e direitistas apresentam emendas semelhantes e votaram a favor do monopólio.

Em 2021, ao completar 60 anos de operação, a Reduc era a terceira maior refinaria do país, com capacidade para processar 252 mil barris de petróleo por dia, e a mais complexa da Petrobrás, com 43 unidades de processo distribuídas em uma área de 13 km².

A PETROBRÁS PASSA A CONTROLAR 70% DAS IMPORTAÇÕES

No governo Jango, a crise política resultante da renúncia de Jânio Quadros afetou substancialmente a produção de petróleo bruto, que caiu tanto em 1962 quanto em 1964. Em compensação, o refino expandiu-se, em parte devido à operação a plena carga da Reduc. Mas o setor de refino tinha um problema interno, a competição de refinarias particulares que dispositivos da Lei 2004, de criação da Petrobrás, tinham excluído do monopólio estatal.

Esses dispositivos permitiam que se mantivessem em funcionamento as refinarias particulares já em funcionamento e as autorizadas até 30 de junho de 1952. Elas, porém, não poderiam ampliar sua capacidade de refino e a Petrobrás poderia, independentemente de autorização legislativa especial, tornar-se acionista delas, adquirindo no mínimo 51% de suas ações, “para o fim de torná-las suas subsidiárias”.

Os altos índices de crescimento da economia brasileira no governo JK (janeiro de 1956 a janeiro de 1961) tinham provocado sucessivos e expressivos avanços no consumo de derivados de petróleo e as refinarias particulares passaram concomitantemente a reivindicar autorização para ampliar sua capacidade de refino.

Isso atrapalhava os planos da Petrobrás de continuar ampliando sua capacidade de refino (e também de importação de petróleo cru), para atender a esse mercado em expansão, enquanto procurava petróleo em terra e já cogitava de petróleo no mar (desde 1957-1958, no governo JK).

Ainda em 1958 o Conselho Nacional de Petróleo atribuiu à Petrobrás a responsabilidade pela importação de 70% do óleo adquirido no exterior. A resolução do CNP dizia:

— Embora a operação (de importação) não apresente rentabilidade direta, permite a obtenção de duas vantagens marcantes: pode a Petrobrás vincular a importação de óleo combustível à exportação de petróleo baiano e permite à Fronape [Frota Nacional de Petroleiros] uma utilização ainda mais econômica dos seus navios.

Os derivados produzidos pelo petróleo importado pela Petrobrás seriam vendidos às distribuidoras privadas existentes no mercado. Além da permissão para as refinarias particulares, a legislação original do monopólio não avançara sobre dois outros setores altamente lucrativos e praticamente sem riscos da indústria petrolífera, a distribuição e o varejo. Assim ficavam sossegadas e acomodadas às prerrogativas da Petrobrás tanto as grandes multinacionais distribuidoras, como a Standard Oil (Esso) norte-americana e a Shell, anglo-holandesa, quanto suas franquias do varejo e postos de serviço com as respectivas bandeiras.

Em 1961, no início do governo Jango, as importações brasileiras de petróleo vinham principalmente da Venezuela (54%), que então convivía nos melhores termos com os Estados Unidos, e da Arábia Saudita (42%), sua tradicio-

nal aliada e parceira. Da então União Soviética, com a qual Jânio Quadros iniciara negociações para uma futura troca de petróleo por café, o Brasil importava apenas 4% de seu consumo.

Nessa época, aproveitando uma queda acentuada nos preços internacionais do petróleo, a Petrobrás decidiu renegociar seus contratos de compra a longo prazo e substituí-los por compras a curto prazo, com preços consideravelmente menores que os vigorantes nos contratos de longa duração.

Pouco depois, em 1962, a Petrobrás ampliou sua participação no mercado e entrou no setor de distribuição, competindo com as distribuidoras privadas, e passou a vender seus produtos diretamente a outras empresas estatais e órgãos governamentais, como o Ministério da Marinha, a Companhia Nacional de Álcalis e o Lloyd Brasileiro. Em 1963, o CNP autorizou a Petrobrás a participar da distribuição a consumidores em geral, em todo o território nacional.

O AVANÇO PARA O PETRÓLEO NO MAR

Foi também no governo Jango, de 1961 para 1962, que se começou a cogitar da exploração de petróleo no mar, por não estarem as descobertas de petróleo em terra ocorrendo em volumes capazes de diminuir a dependência do petróleo importado.

Nem a descoberta de promissores campos de petróleo nos primeiros dez anos de atividades exploratórias da Petrobrás, como Tabuleiro dos Martins e Coqueiro Seco, em Alagoas, em 1957, e Carmópolis, em Sergipe, em 1963, aliviaram esse problema. Em meados da década de 60, segundo dados do IBGE, as compras de petróleo importado correspondiam a dois terços do consumo brasileiro de petróleo.

A decisão de direcionar as prospecções de petróleo para o litoral marítimo só seria adotada em 1966, mas já em 1961-1962 essa hipótese estava em estudo e cogitação, a partir de semelhanças geológicas entre o litoral marítimo

do Brasil e o da África Ocidental, que milhares de anos antes estavam unidos em um só continente.

O melhor exemplo disso seria a Nigéria, com suas ricas jazidas de petróleo, que evidenciavam a possibilidade da existência de acumulações semelhantes também na plataforma marítima do Brasil. A prospecção de petróleo no mar vinha ocorrendo desde as primeiras décadas do século nos litorais marítimos da Califórnia e do Golfo do México. No Brasil, trabalhos de sísmica exploratória em águas rasas já haviam sido iniciados no final da década de 1950, nas baías de Todos os Santos (Bahia) e de São José (Maranhão).

A hipótese e as expectativas de novas frentes de exploração de petróleo deixava clara a necessidade de um órgão dedicado a pesquisas, necessidade confirmada pelo avanço acelerado de inovações nas áreas de plataformas de perfuração e de produção, principalmente no Golfo do México. Para atender a essa necessidade, a Petrobrás criou em 1960 um grupo de trabalho com a incumbência de estabelecer diretrizes para a criação de um centro de pesquisas.

De acordo com as recomendações desse grupo de trabalho, o Conselho de Administração da Petrobrás aprovou, em 1963, a criação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento, Cenpes, que com o tempo se tornou uma referência internacional.

O MONOPÓLIO DAS IMPORTAÇÕES DE PETRÓLEO

Os avanços da Petrobrás tanto no refino como na importação de petróleo agravavam conflitos de interesse que vinham do governo JK com as refinarias particulares e ficava cada vez mais claro que a questão evoluiria, em primeiro lugar, no rumo do monopólio da importação de petróleo, entre outras razões porque os preços pagos pela Petrobrás eram em média 10% menores que os das refinarias particulares.

“ **A concentração da importação do petróleo e derivados pelo governo federal constituiria também um mecanismo valioso para promover o incremento e a diversificação das exportações brasileiras, tanto de matérias-primas quanto de produtos industrializados, sendo, assim, altamente vantajosa para a economia nacional.** ”

Em fins de 1963, a Petrobrás já era responsável por 78% das importações de petróleo e derivados e em dezembro desse ano Jango assinou o decreto que estabelecia o monopólio das importações, que ficaria a cargo da Petrobrás e era justificado com base em resolução aprovada em agosto pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Desde os decretos de 1938 que tinham anulado todas as concessões anteriores para pesquisa e exploração — dizia o decreto — era de competência exclusiva do governo federal autorizar, regular e controlar em todo o país a importação, a exportação, o transporte, a distribuição e o comércio do petróleo e seus derivados.

No exercício dessa competência, o governo tinha de considerar que as dificuldades do balanço de pagamentos do país impunham a diversificação de fontes de suprimento de petróleo e seus derivados, de modo a reduzir o impacto da importações sobre suas disponibilidades cambiais.

A concentração da importação do petróleo e derivados pelo governo federal constituiria também um mecanismo valioso para promover o incremento e a diversificação das exportações brasileiras, tanto de matérias-primas quanto de produtos industrializados, sendo, assim, altamente vantajosa para a economia nacional.

A unificação do transporte, além disso, reduziria os fretes e permitiria maior utilização de navios de bandeira brasileira, reduzindo-se o dispêndio de divisas correspondentes.

Um resultado indireto e muito favorável do monopólio foi apontado já num relatório da Petrobrás em 1964: as importações ocorriam com o compromisso de a empresa vendedora comprar mercadorias brasileiras no valor equivalente a 25% de seus fornecimentos de petróleo.

Além disso, esse relatório mencionava sensíveis reduções de preço no petróleo importado: os dados existentes mostravam a eliminação, a partir de 1964, da diferença entre preços de petróleo importado pelas refinarias particulares e pela empresa estatal. No período 1955-63, os preços pagos pela Petrobrás tinham sido, em média, cerca de 10% mais baixos.

A ENCAMPAÇÃO DAS REFINARIAS PARTICULARES

Depois de decretado o monopólio das importações, era inevitável que crescesse o movimento pela encampação das refinarias particulares. Elas tinham sido excluídas do monopólio pela Lei 2004, mas essa uma situação provisória e a própria lei previa a transformação dessas refinarias em subsidiárias da Petrobrás pela compra de pelo menos 51% de suas ações.

Era cada vez maior a radicalização da vida política do país e isso acelerava também esse movimento. As eleições de 1962 tinham sido marcadas pela derrama de dinheiro nativo e estrangeiro, inclusive da Embaixada dos Estados Unidos, para eleger candidatos de direita e excluir não apenas candidatos de esquerda, mas igualmente candidatos de centro ou até de centro-direita que defendiam a reforma agrária, a regulamentação das remessas de lucros e a Petrobrás e a Eletrobrás.

No novo Congresso, apesar disso, a oposição não conseguiu maioria, mas as minorias nas comissões da Câmara dos Deputados e do Se-

nado conseguiram bloquear todos os projetos de reforma agrária. Não impediram, porém, a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, que foi sancionado em março de 1963 e estimulou muito a sindicalização rural.

O governo Jango já promovia ativamente a sindicalização rural e a multiplicação e atividade dos novos sindicatos de trabalhadores rurais em todo o país intensificava a campanha pela reforma agrária. No movimento sindical urbano, em que a lei ainda proibia a existência de centrais sindicais, uma central sindical de fato, o CGT, Comando Geral dos Trabalhadores, liderava campanhas salariais e greves. No começo de 1964, as lideranças agrupadas no CGT convocaram um grande comício no Rio, pelas reformas e de apoio a Jango, marcado para a tarde e a noite de 13 de março, uma sexta-feira, diante da estação principal da ferrovia Central do Brasil.

A principal reivindicação do comício seria a reforma agrária, mas a encampação das refinarias particulares também seria defendida. Em seu discurso, Jango anunciou a assinatura de um decreto com medidas preliminares à reforma agrária – a possibilidade de desapropriação de terras marginais a rodovias e açudes custeados por recursos federais – e de outro encampando as refinarias particulares.

No trecho de seu discurso sobre as refinarias, Jango disse:

– “Acabei de assinar, antes de dirigir-me para esta grande festa cívica, o decreto de encampação de todas as refinarias particulares. A partir de hoje, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas e Destilaria Rio Grandense passam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional.

– “Procurei, trabalhadores, depois de estudos cuidadosos elaborados por órgãos técnicos, depois de estudos profundos, procurei ser fiel ao espírito da Lei nº 2.004, lei que foi inspirada nos ideais patrióticos e imortais de um brasileiro que também continua imortal em nossa alma e nosso espírito. Ao anunciar, à frente do povo reunido em praça pública, o decreto de

encampação de todas as refinarias de petróleo particulares, desejo prestar homenagem de respeito àquele que sempre esteve presente nos sentimentos do nosso povo, o grande e imortal Presidente Getúlio Vargas.

“O imortal e grande patriota Getúlio Vargas tombou, mas o povo continua a caminhada, guiado pelos seus ideais. E eu, particularmente, vivo hoje momento de profunda emoção ao poder dizer que, com este ato, soube interpretar o sentimento do povo brasileiro.

“Alegra-me ver, também, o povo reunido para prestigiar medidas como esta, da maior significação para o desenvolvimento do país e que habilita o Brasil a aproveitar melhor as suas riquezas minerais, especialmente as riquezas criadas pelo monopólio do petróleo”.

O decreto das refinarias apoiava-se, como a do monopólio da importação, numa resolução do Conselho Nacional do Petróleo, que recomendava a integração do monopólio estatal do refino, como serviço de utilidade pública, e, por isso, imprescindível à segurança nacional. Outro argumento era a conveniência da integração do monopólio estatal do refino, para eliminar o conflito estrutural entre o regime jurídico misto vigente no parque nacional de refino de petróleo e a lógica econômica a que deve submeter-se a própria expansão das capacidades das refinarias para suprir, pelos menores custos, os diversos mercados regionais do País.

Menos de três semanas depois do comício da Central, o golpe de 1º de abril derrubava o governo Jango. Mas o decreto de encampação das refinarias só seria revogado mais de um ano depois, em julho de 1965, por um decreto do Marechal Castello Branco, e não por razões técnicas e sim a pretexto de que o decreto de Jango tinha sido assinado sob “clima de tensão emocional e pressão de forças demagógicas e ideológicas”.

Já o monopólio da importação de petróleo, mantido pelo regime militar, só foi revogado em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso, no arrastão que, a pretexto de “flexibilizar”, extinguiu o monopólio estatal do petróleo.





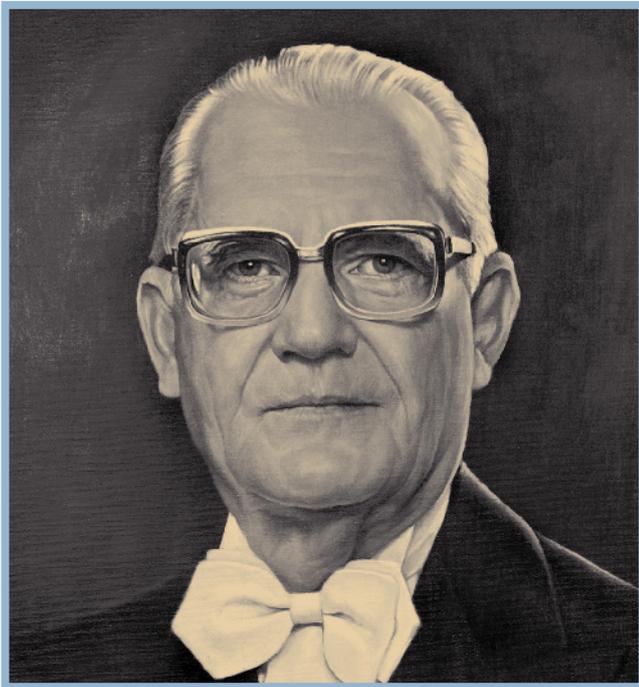
OS PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO MILITAR



Em abril de 1964, em seguida ao golpe que derrubou o governo João Goulart, o escolhido dos generais para a Presidência foi o Marechal Humberto Castello Branco, que levou para a chefia de seu Gabinete Militar o General Ernesto Geisel, por muitos anos representante do Exército no Conselho Nacional do Petróleo e por algum tempo superintendente da Refinaria de Cubatão, em São Paulo, uma das maiores da Petrobrás.

Essa experiência e o que dela resultara de conhecimento e convicção em matéria de petróleo e da importância de seu controle para a segurança, o desenvolvimento e a soberania do país seriam suficientes para impedir que pesasse contra a Petrobrás outra grande influência militar no governo, a do General Golbery do Couto e Silva, Chefe do Serviço Nacional de Informações, o SNI.

Golbery, companheiro de Castello na FEB, a Força Expedicionária Brasileira, que lutara na frente italiana da Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha de Hitler, voltara da guerra convencido de que um novo perigo ameaçava o mundo, o comunismo soviético.



“Geisel não tinha a menor simpatia por ideias de esquerda e era tão anticomunista quanto Golbery, mas sua visão geopolítica era bem próxima da visão de Getúlio, bem distante da visão de Golbery e diametralmente oposta à de outra e pior influência no governo Castello, a do Ministro do Planejamento Roberto Campos”

A Guerra Fria começava e logo Golbery era um de seus combatentes e comandantes no Brasil, no qual via duas ameaças: um Partido Comunista clandestino mas ativo e, na visão e na terminologia de Golbery, o nacional-reformismo de Getúlio Vargas, que poderia ser uma porta de entrada para o comunismo no Brasil.

Essa quase obsessão num homem tão racional como Golbery, levou-o em 1954 a articular e redigir em fevereiro o manifesto dos coronéis que tinha derrubado Jango do Ministério do Trabalho e em agosto um manifesto dos generais contra Getúlio.

A Petrobrás era peça essencial no projeto nacional-reformista de Getúlio e por definição contrariava interesses geopolíticos dos Estados Unidos contra a União Soviética. Ainda recentemente, no governo Jânio, servira de instrumento para o início de negociações com a União Soviética sobre uma possível troca de petróleo deles por café brasileiro.

Geisel não tinha a menor simpatia por ideias de esquerda e era tão anticomunista quanto Golbery, mas sua visão geopolítica era bem próxima da visão de Getúlio, bem distante da visão de Golbery e diametralmente oposta à de outra e pior influência no governo Castello, a do Ministro do Planejamento Roberto Campos, o maior defensor do fim do monopólio estatal do petróleo e da privatização da Petrobrás.

A POSIÇÃO DE GEISEL ESTENDE-SE PELOS VINTE ANOS DO GOVERNO MILITAR

Geisel, além dos anos que passara no Conselho Nacional do Petróleo e na Refinaria de Cubatão, tinha outros antecedentes que alimentavam suas convicções nacionalistas.

Ainda que sem maior importância, ele participou da Revolução de 30, nas forças pró-Getúlio, comandando como tenente uma bateria do Destacamento Miguel Costa, que se deslocou do Rio Grande do Sul para São Paulo na vanguarda das forças revolucionárias gaúchas. Depois da vitória da revolução e da instalação do governo provisório de Getúlio, ficou, entre março e junho de 1931, à disposição do interventor federal no Rio Grande do Norte, 1º tenente Aluísio de Andrade Moura, sendo nomeado secretário-geral do governo estadual. Depois, de janeiro a maio de 1934, ocupou a Secretaria da Fazenda e Obras Públicas da Paraíba.

Nas décadas seguintes, Geisel exerceu atividades estritamente militares, mas alguma boa lembrança desse período deve ter marcado muito sua memória e seus julgamentos, porque na crise de agosto de 1954 não apoiou os



**Fábrica
Borracha
Sintética
Fabor**

movimentos militares que pediam a renúncia de Getúlio.

Em 1957 passou a acumular a chefia da Seção de Informações do Estado-Maior do Exército com a de representante do Ministério da Guerra (depois Ministério do Exército, hoje Comando do Exército) no Conselho Nacional do Petróleo, um órgão civil normativo que orientava a política petrolífera do governo federal.

No Conselho coube a ele, por exemplo, relatar o processo que tratava da instalação de uma fábrica de borracha sintética no Brasil. Seu parecer foi contra as propostas apresentadas por empresas privadas e defendia a montagem da fábrica pela própria Petrobrás. Esse parecer foi aprovado e resultou na criação da Fabor, instalada junto à Refinaria Duque de Caixas.

As posições de Geisel em relação à Petrobrás divergiam até de posições anteriores de Castello nos debates do Clube Militar antes da criação da Petrobrás. Na década de 1940, o Clube participara ativamente dos debates suscitados pela proposta do Estatuto do Petróleo apresentada ao Congresso pelo Presidente Eurico Dutra.

O Estatuto autorizava a outorga de concessões para pesquisa e exploração de petróleo a empresas privadas, inclusive estrangeiras, e foi muito combatido pelos militares nacionalistas que seguiam a orientação de muitos anos do Estado-Maior do Exército, de considerar de segurança nacional a questão do petróleo. Essa orientação, aliás, fora determinante em toda a política, em todas as iniciativas e em todos os atos dos dois governos Vargas.

O grupo oposto, privatista, considerava que no contexto da Guerra Fria a verdadeira segurança nacional do Brasil estava na aliança incondicional com os Estados Unidos contra o comunismo internacional, representado pela União Soviética e seus parceiros. Era essa a posição de Golbery.

Em maio de 1950, ano por acaso da eleição de Getúlio para seu segundo governo, defrontaram-se na eleição para a diretoria do Clube Militar uma chapa nacionalista liderada pelo General Newton Estillac Leal e outra do grupo privatista e pró-apoio incondicional aos Estados Unidos, liderada pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias e apoiada, entre outros, pelo então coronel Humberto Castello Branco.

Estillac venceu, foi nomeado Ministro da Guerra de Getúlio em janeiro seguinte, e o grupo opositor e derrotado criou a Cruzada Democrática, movimento que atuava no Clube Militar e fora dele fazendo oposição a Getúlio (e depois a Juscelino e a Jango). Na eleição seguinte, em maio de 1952, e de novo com apoio de Castello, o grupo da Cruzada venceu, com a candidatura do general Alcides Etchegoyen, e daí em diante a Cruzada passou a funcionar como um verdadeiro partido político que teve grande atuação na campanha para a derrubada de Getúlio em 1954.

Depois da criação da Petrobrás em 1953, a questão do petróleo praticamente ficou fora da agenda do Clube e a Cruzada concentrou sua ação na luta que desembocaria no golpe de 64 e na imposição de Castello para Presidente.

Castello nada fez nem tentou contra a Petrobrás, talvez atento ao contrapeso que era Geisel e ao que podia representar de apoio entre os militares. E de fato a influência direta e indireta de Geisel sobre a preservação e a defesa da Petrobrás estendeu-se pelos vinte anos do governo militar. Depois da volta do governo civil em 1985, só no governo Collor a Petrobrás passou a sofrer ameaças sérias e a viver em perigo.

No Gabinete Militar da Presidência, a defesa da Petrobrás não foi a única frente de resistência de Geisel em oposição a Roberto Campos. Quando se discutia o destino a dar à Companhia Telefônica Brasileira (CTB), comprada pelo governo à multinacional IT&T (International Telephone&Telegraph) junto com outras empresas estrangeiras de telefonia e eletricidade, Campos queria repassá-la à própria IT&T. Geisel foi contra e defendeu que a CTB fosse incorporada à Embratel, estatal e criada no governo Jango – o que veio a acontecer.

O MARECHAL E OS FUNCIONÁRIOS

O primeiro Presidente da Petrobrás no regime militar foi o Marechal Adhemar de Queiroz, da Cruzada Democrática como Castello, que o nomeou. O clima em todas as suas unidades naqueles primeiros dias era inquisitorial,



Marechal Adhemar Queiroz. Foi nomeado Presidente da Petrobrás por Castello Branco, exercendo esse cargo entre 7 de abril de 1964 e 30 de junho de 1966.

de repressão e suspeita. A Petrobrás era tida como um ninho de comunistas perigosos e traiçoeiros. De dentro e fora dela os diretores e o próprio marechal sofriam grades pressões para punir em massa funcionários de todos os escalões, dos de maior nível científico e técnico aos das mais simples atividades.

Anos depois, assumindo suas funções de administrador nas unidades da Bahia, o futuro Presidente da Aepet, Pedro Pinho, ouviu dos novos colegas o que acontecera na primeira visita do Marechal a essas unidades nos primeiros dias de sua gestão. O marechal, acompanhado de dois diretores – Geonísio Barroso e Leopoldo Miguez de Mello, nomeados no governo Jango – foram recebidos na Bahia por Haroldo Ramos da Silva, da área de Prospecção e Produção, Orfila Lima dos Santos, da área de Transportes, e Hamilton Lopes, da Perfuração.

Esses diretores – segundo os colegas contavam anos depois a Pedro Pinho – levaram Adhemar de Queiroz para percorrer todas as instalações. Ele conversou com operadores, os chefes regionais, com todo mundo. Quando acabou de visitar as instalações e reagindo ao que tinha visto, o Marechal disse ao grupo:

– A Petrobrás não é de comunistas nem de sindicalistas. É de técnicos competentes. Vou dizer isso ao Marechal Castello Branco.

Essa boa impressão poderia ter criado condições para um bom relacionamento e um

cessar-fogo na pretendida caçada aos comunistas na empresa. Mas havia órgãos “revolucionários” que atuavam livremente em todas as empresas e órgãos do governo e um deles, a CGI, Comissão Geral de Investigação, atuou na Petrobrás, para fazer à limpa e as punições desejadas, em muitos casos à revelia do Presidente da empresa.

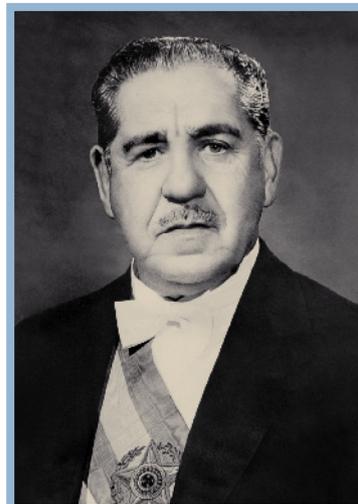
Um artigo de Bruno Leal publicado no blog Café História em janeiro de 2021, com o título “Vigiar e punir: a Petrobrás durante a ditadura militar”, resgatou os resultados do trabalho das pesquisadoras Luci Praun e Claudia Costa, que estudaram a repressão praticada pela ditadura na Petrobrás. Resumindo, Leal escreveu:

– Comandada por um general, segundo apontam as duas investigadoras, a CGI levantou cerca de 3 mil suspeitos em pelo menos 1.500 processos de investigação. Entre abril e outubro de 1964, período em que a CGI funcionou, 516 trabalhadores da Petrobrás foram sumariamente demitidos como resultado dos temidos Inquéritos Policiais-Militares (IPM). Outros tantos tiveram contratos rescindidos, foram intimidados, transferidos de área ou sofreram sanções administrativas.

– Mas a violência foi muito além de sindicâncias, demissões e outras punições no plano administrativo. De acordo com Praun e Costa, alguns trabalhadores da Petrobrás foram presos e torturados, caso do deputado federal Mário Soares Lima, dirigente sindical petroleiro da Refinaria Landulpho Alves, na Bahia. Segundo o jornal carioca Correio da Manhã, o parlamentar e funcionário da Petrobrás foi submetido a surras diárias na prisão da Polícia Militar.

O GOVERNO COSTA E SILVA

O segundo governo militar, presidido pelo também Marechal Arthur da Costa e Silva, foi imposto a Castello pela força de grupos militares que queriam prolongar o regime e evitar o restabelecimento do governo civil ao fim do mandato de Castello. Também não teve em sua composição os Generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva que atuaram muito



**Marechal
Arthur da
Costa e Silva**

com Castello para impedir a ascensão de Costa e Silva. Nomeados por Castello nos últimos dias de seu mandato, Geisel foi para o STM, o Superior Tribunal Militar, e Golbery para o Tribunal de Contas da União.

Na área econômica, o grande privatizador, o Ministro do Planejamento Roberto Campos (que, aliás, não teve oportunidade de privatizar coisa nenhuma) foi substituído como principal figura pelo Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, um jovem professor da Universidade de São Paulo, a USP.

Delfim, naquele momento, era Secretário da Fazenda do Governador Laudo Natel, de São Paulo e começara a trabalhar no serviço público na virada da década de 1950 para 1960, recrutado para o Gabinete de Planejamento do ex-Governador Carvalho Pinto pelo chefe desse gabinete, o democrata-cristão de esquerda Plínio de Arruda Sampaio, cassado em 1964, depois fundador do PT e afinal candidato a Presidente da República pelo PSOL.

Em seu período de estudante e recém formado, Delfim teria tido grandes simpatias pelas ideias de esquerda, mais até na linha laica de Celso Furtado que na linha católica da Teologia da Libertação, da qual Plínio era próximo. Segundo Maria da Conceição Tavares, sua adversária intelectual e política mas sempre justa e generosa no julgamento das pessoas, Delfim sempre foi um estruturalista, ou seja, um eco-

nomista alinhado com as ideias do desenvolvimentismo, o oposto das posições de Roberto Campos, de “austeridade” e estabilidade da moeda a qualquer preço, inclusive a recessão e a estagnação econômica.

Ainda não se falava em neoliberalismo, conceito que só se disseminaria na vidade da década de 1970 para a de 1980, mas Roberto Campos era o neoliberal avant la lettre. Delfim podia não ser um entusiasta da Petrobrás, mas nada fazia contra ela. A seu lado na condução da equipe econômica, figurava o Ministro do Planejamento Hélio Beltrão, que no início da Petrobrás fora seu diretor-administrativo, responsável pelo planejamento de sua organização interna, um trabalho que responderia pela eficiência com que ela enfrentou desde o começo os complexos desafios à sua frente.

Em seu discurso de posse, Delfim anunciou como meta estratégica de sua gestão a aceleração do desenvolvimento econômico do país, em combinação com o combate ao processo inflacionário. A promessa de aceleração do crescimento era um aceno promissor depois dos quase três anos do estilo sombrio e recessivo do governo Castello.

Naquela época ainda de predomínio da mídia escrita sobre a televisiva, a revista Manchete, de grande tiragem e repercussão ainda maior que essa tiragem, promoveu, gravou e publicou um debate entre Roberto Campos e Fernanda Montenegro, já a grande presença que sempre seria na cultura brasileira — um debate original que de certo modo opunha o poder ao Brasil governado por esse poder.

Uma frase de Fernanda, uma queixa formulada amistosamente, não amargamente, e quase sorridente, espalhou-se pelo país e ganhou um boca a boca do qual hoje se diria que “viralizou”:

— Ministro, desculpe — disse Fernanda — mas o Brasil está triste...

Costa e Silva surgira nos primeiros momentos do golpe de 1º de abril como o mais carancudo dos generais, mas assumiu o governo

querendo ser simpático e popular. E de fato a economia começou logo a dar sinais que mais adiante o país entraria no que veio a ser chamado o “milagre brasileiro”.

A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DA PETROBRÁS NO MAR

Para a presidência da Petrobrás, Costa e Silva inicialmente convidou o General Emílio Garastazu Médici, seu amigo de longa data que tivera importante papel em 64, na ofensiva militar para a derrubada de Jango. Médici, no entanto, recusou o cargo, achando não estar suficientemente familiarizado com a questão do petróleo, e foi chefiar o SNI em substituição a Golbery.

Quem então assumiu a presidência da Petrobrás foi o General Artur Duarte Candal da Fonseca, que permaneceu dois anos no cargo. Em sua gestão a empresa atingiu a extração de duzentos mil barris diários de petróleo, iniciaram-se os trabalhos de exploração na plataforma continental.

O modesto retorno das bacias terrestres indicava a necessidade da saída para o mar, onde as primeiras pesquisas haviam começado em 1957, no governo JK. Em fins de 1966, nos meses finais do governo Castello Branco, a Petrobrás dera um passo importante nessa direção, com a construção da plataforma de perfuração Petrobrás I, para operar a profundidades de até 30 metros.

Mas foi entre 1967 e 1968, já no governo Costa e Silva, que aconteceu o verdadeiro início da exploração sistemática da plataforma continental, quando a maioria das bacias marítimas foi coberta pela sísmica de reflexão em suas porções rasas. Em 1968, foi iniciada a perfuração de um poço na costa do Espírito Santo, primeira experiência da Petrobrás no mar.

Os dados sísmicos revelaram uma série de locais propícios à acumulação de petróleo e gás na plataforma continental. Sem conseguir bons resultados no poço do Espírito Santo, a



“ Em fins de 1966, nos meses finais do governo Castelo Branco, a Petrobrás dera um passo importante nessa direção, com a construção da plataforma de perfuração Petrobrás I, para operar a profundidades de até 30 metros. ”

Plataforma de Perfuração - Petrobrás I

plataforma de perfuração foi deslocada para o litoral de Sergipe. Lá bastou a perfuração do segundo poço e ocorreu a primeira descoberta: o campo de Guaricema, que deu início à tradição de batizar com nomes de peixes as descobertas no mar.

Com o petróleo barato como estava e importado a cerca de 3 dólares o barril, investir no desenvolvimento de Guaricema foi uma decisão também de resultados a longo prazo da Petrobrás, porque criava condições para que técnicos brasileiros aprendessem a trabalhar no mar. Depois de Guaricema, ocorreram outras descobertas no litoral do Nordeste: em 1970, os campos de Caioba, Camorim, Robalo e Dourado, em Sergipe; e em 1973, Ubarana, no Rio Grande do Norte.

Ainda em 1968, e em seguida a essas descobertas no Nordeste, veio a Bacia de Campos. Nela as descobertas no mar dariam impulso à produção de petróleo e permitiram que o Brasil se tornasse autossuficiente.

Em março de 1969, Candal foi substituído pelo general Valdemar Levi Cardoso, que exercia a presidência do Conselho Nacional do Petróleo e decidiu aumentar a capacidade de refino, o que se tornou possível com a construção da refinaria de Paulínia, em São Paulo, cuja construção começou já em julho desse ano, com a meta de ser construída em apenas mil dias. Essa meta foi cumprida, Paulínia ficou pronta e entrou em operação em 1972 e os mil dias se converteram em referência internacional.

A PETROBRÁS CHEGA AO FUNDO DO MAR

No dia 31 de agosto desse 1969, Costa e Silva sofreu um AVC violento que o afastou do governo. Para impedir a posse de seu Vice, o civil Pedro Aleixo, os ministros militares formaram uma junta que assumiu o poder e logo o transferiu ao General Emílio Garrastazu Médici, escolhido pela cúpula das Forças Armadas.

Convidado por Médici, o General Ernesto Geisel assumiu presidência da Petrobrás depois de aposentar-se do Superior Tribunal Militar.

Sob sua direção, a Petrobrás reduziu a exploração em áreas terrestres que apresentavam resultados pouco promissores animadores, abaixo da necessidade garantir o crescimento da produção no ritmo do aumento do consumo. Ao mesmo tempo, a Petrobrás passou a investir mais em atividades de rentabilidade segura, como o refino, prioridade desde o primeiro governo Vargas, e a distribuição de derivados, setor em que entrara há menos tempo e em que concorria com empresas privadas.

No campo da produção, a Petrobrás voltou-se para o exterior, para países sabidamente ricos em petróleo e de menores riscos de exploração, e criou a subsidiária Braspetro, Petrobrás Internacional S.A. Enquanto aguardava oportunidades em países, por exemplo, como o Iraque, a Petrobrás perfurou seu primeiro poço na foz do rio Amazonas, em janeiro de 1970, e descobriu petróleo no município de São Mateus, no Espírito Santo (janeiro de 1972).

Em maio de 72, quatro meses antes do 7 de setembro em que seriam comemorados os 150 anos, o sesquicentenário da proclamação da independência do Brasil, a Petrobrás inaugurou a Refinaria de Paulínia, a maior do país naquele momento e até os dias atuais, 50 anos depois.

A construção de Paulínia tinha sido completada nos mil dias previstos e ela era um bom símbolo do “milagre brasileiro”, que estava no auge econômico e o governo podia dizer que estava também no auge político, pois seu partido, a Arena, Aliança Renovadora Nacional, conquistara dois terços da Câmara dos Deputados e do Senado nas eleições de 1970 (realizadas, registre-se, num ambiente de intimidação e medo e com a prisão, às suas vésperas, dos principais advogados de defesa de presos políticos).

Paulínia pode refinar, meio século depois, 69 mil metros cúbicos por dia, o equivalente



Inaugurada no dia 12 de maio de 1972, a Refinaria de Paulínia (Replan) possui capacidade de processar 69 milhões de litros (434 mil barris) de petróleo por dia, equivalente a cerca de 20% de tudo o que a Petrobras processa em suas refinarias.

a 434 mil barris, cobrindo aproximadamente a 20% de todo o refino de petróleo no Brasil e quase a totalidade de petróleo produzido no Brasil, grande parte dele já oriunda da Bacia do Pré-Sal.

Paulínia fora um avanço programado e bem planejado e executado, mas no ano seguinte, 1973, a Petrobrás teve outro, previsível mas ocorrido em seguida a momentos de dúvida, suspense e tensa expectativa.

O navio-sonda Petrobras II perfurava o que poderia ser o último poço da Bacia de Campos, depois de sete poços secos. Trabalhado a 110 metros de profundidade, o poço RJS-7 revelava-se complicado e demorado, um poço difícil.

A perfuração rocha adentro avançava lentamente, com a previsão de chegar a 3.500 metros e alcançar um ponto identificado como a Formação Macaé, composta de rochas calcárias. Naquela altura a equipe, como a história ou a lenda dizem dos marinheiros de Cristóvão Colombo a caminho das Américas, queria interromper a perfuração e desistir daquele poço que por meses e meses resistia sem apresentar resultados.

Mas o chefe da equipe, o geólogo Carlos Walter Marinho Campos insistiu. Analisando os dados sobre os quais trabalhava, constatou que só faltavam 200 metros para a perfuração penetrar no calcário. De volta de uma viagem de observação ao Oriente Médio, lembrou-se do exemplo de países como o Irã e o Iraque, onde formações de calcário produziam grandes volumes de petróleo em poços a até 5 mil metros de profundidade. Decidiu, então, que a sonda continuaria a perfurar os 200 metros que faltavam até os 3.500 metros previstos.

Chegando lá, o que se encontrou foi uma zona saturada de petróleo, mas decepcionante, uma zona em que os testes mostravam vazões muito baixas. O poço, em consequência, foi classificado como subcomercial. Essa nova informação, entretanto, garantiu que a Petrobrás não desistisse da Bacia de Campos.

A sonda foi transferida para um segundo poço, o 1-RJS 9A, que em dezembro de 1974, descobriu o campo de Garoupa. Confirmando as previsões que vinham do anterior, esse poço revelou uma coluna de óleo de mais de 100 metros, com reservas estimadas em torno de 100 milhões de barris.

A CRISE DO PETRÓLEO

Nesse mesmo ano de 1973, em outubro, a Guerra do Yom Kippur, entre árabes e israelenses, precipitou a primeira crise do petróleo, que em pouco tempo fez os preços internacionais subirem quatro vezes. A guerra foi provocada pela tentativa dos países árabes de recuperar territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias, em

1967, e começou no dia 16 de outubro, quando a Síria e o Egito realizaram um ataque de surpresa a Israel.

A crise, desencadeada pela Opep, a Organização dos Países Produtores de Petróleo, teve como primeiro passo o embargo de fornecimento a países que tinham apoiado o governo de Israel, como os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a Holanda e o Reino Unido. Até o fim do embargo, em março de 1974, os preços do petróleo passaram de 3 para 12 dólares o barril.

À medida que os preços começavam a subir, inicialmente para pouco mais que 5 dólares, discutia-se nos Estados Unidos e seus aliados europeus o quanto ainda poderiam aumentar, quando o então Xá da Pérsia, Reza Pahlevi, aliado dos Estados Unidos e segundo maior exportador de petróleo para estes, confirmou em uma entrevista:

— Claro que vai aumentar. Certamente! E como! ... Vocês aumentaram em 300% o preço do trigo que vendem e o mesmo foi feito para o açúcar e o cimento ... Vocês comprem nosso petróleo cru e vendem de volta ... a centenas de vezes o preço que nos pagaram ... É justo que vocês paguem mais pelo óleo de agora em diante.

Os avanços que a Petrobrás vinha alcançando, tanto no refino depois da entrada em operação da refinaria de Paulínia quanto na exploração no mar, não eram suficientes para compensar os aumentos de preço do petróleo importado e seu repasse para o consumidor final dos derivados.

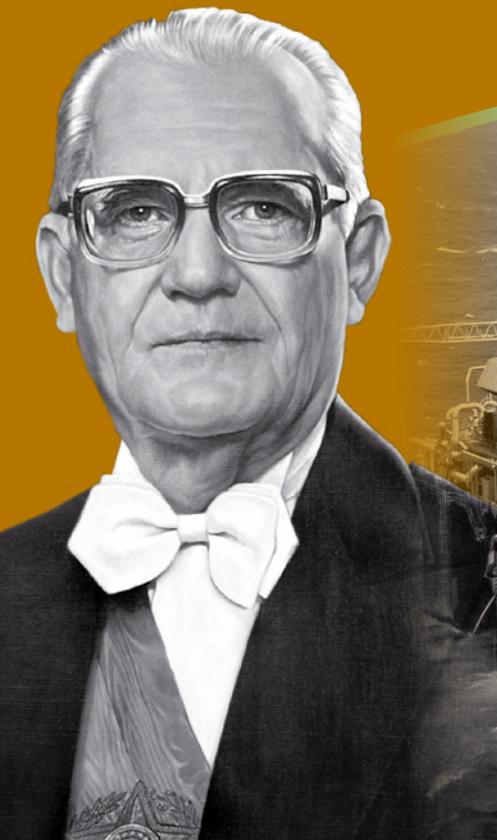
Mas esses aumentos tornavam mais viável o custo e o próprio risco dos investimentos no setor da produção, para que gradualmente fosse diminuindo o peso do petróleo importado sobre a economia brasileira.

No fim de 1973 e do governo Médici, o Brasil importava quase 80% do petróleo que consumia e gastava com isso 3 bilhões de dólares por ano. As perspectivas para 1974 eram sombrias e o famoso “milagre brasileiro” tinha acabado.





GEISEL: A CRISE DO PETRÓLEO E A BACIA DE CAMPOS



Médici podia aceitar Geisel na presidência da Petrobrás mas não o queria como sucessor na Presidência da República. Nessa escolha, porém, Médici teria de seguir o que fosse consensual ou indiscutivelmente majoritário entre os grandes comandos militares. Geisel, se não era um nome de consenso, era quem reunia mais apoio e não havia como opor-lhe qualquer outro pretendente

Roberto, filho de Médici, escreveria depois que o pai escolhera Geisel (na verdade aceitara) como num bordel o cliente escolhe uma parceira. No momento a censura impediu que fossem conhecidos os acontecimentos que se desenrolavam nas altas esferas militares,

um círculo fechado ao qual pouco acesso tinham até mesmo os principais dirigentes da Arena, o partido do governo, e do Congresso, que daria mais de quinhentos dos pouco mais de seiscentos membros do Colégio Eleitoral encarregado de formalizar a escolha do novo Presidente.

Mas já a 18 de junho de 1973, quase sete meses antes da reunião do Colégio Eleitoral, marcada para 15 de janeiro de 1974, Geisel foi oficialmente anunciado por Médici como candidato à sucessão presidencial. *Braspetro*

No dia 11 de julho, Geisel deixou a presidência da Petrobrás e em seu discurso de despedida disse que se tinha oposto a tentativas de



estender o monopólio estatal à distribuição de derivados de petróleo e à petroquímica, entendendo que esses setores deveriam, “de acordo com a política governamental estabelecida”, caber essencialmente ao capital particular. Essa posição privatista previa, porém, parcerias que incluíam capitais estrangeiros, de preferência com transferência de tecnologia, além da utilização da poupança externa no desenvolvimento do Brasil.

Como Presidente da Petrobrás, Geisel criara a Braspetro, uma estatal com alcance internacional que fora do Brasil trabalharia em associação com empresas privadas em busca de concessões para a exploração de petróleo. Com esse pronunciamento de despedida, ele tentava definir com precisão suas futuras posições como Presidente da República.

Geisel afirmou ainda que “o monopólio legal atribuído à Petrobrás não constitui uma finalidade, mas é apenas um meio de ação” para assegurar ao país o necessário abastecimento de petróleo e derivados. Essa era, aliás, a definição do objetivo básico da Petrobrás explicitada na Lei 2004, que a criara. Ótimo se esse abastecimento, nas melhores condições para a sociedade e o mercado brasileiros, pudesse coincidir com a autossuficiência, mas outra de suas mais importantes decisões na presidência da Petrobrás tinha sido desacelerar a exploração de campos pouco promissores e procurar petróleo onde os resultados fossem mais garantidos — inclusive fora do Brasil.

“**Como Presidente da Petrobrás, Geisel criara a Braspetro, uma estatal com alcance internacional que fora do Brasil trabalharia em associação com empresas privadas em busca de concessões para a exploração de petróleo.**”

A autossuficiência, concluiu Geisel, dependerá de “fatores e circunstâncias aleatórias, independentes da nossa vontade”. Por isso e por mais desejável que seja, a autossuficiência não pode ser a missão básica da Petrobrás.

Geisel teve sua escolha para a Presidência da República formalizada pelo Colégio Eleitoral a 15 de janeiro de 1974, contra as “anticandidaturas” de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho pelo MDB opositor, e assumiu a Presidência a 15 de março, com planos que preferiu não expor em seu discurso de posse, no qual fez apenas o elogio de seus antecessores, para manter unidas as correntes militares que se dispunham a apoiá-lo e também as que se assustariam com o que ele logo começaria a fazer.

Nem teria muito cabimento Geisel acenar com qualquer plano, porque nesse momento o mundo começava a sofrer as consequências da primeira crise do petróleo, que aumentara de 3 para 12 dólares o barril o preço internacional do petróleo importado.

A situação que o Brasil enfrentava seria explicada mais tarde pelo ex-Presidente da Petrobrás e ex-Ministro das Minas e Energia Shigeaki Ueki com um cotejo instigante:

— Sofríamos, importando entre 80% e 85% do petróleo que consumíamos, o que era sufocante para a economia nacional. Na década de 1950, exportando um saco de café, tínha-

mos condições de comprar 50 barris de petróleo. Quando veio a primeira crise do petróleo, com um saco de café mal comprávamos cinco barris. E com a segunda crise, um saco de café comprava um barril e meio.

Em Portugal, a 25 de abril, um mês e dez dias depois da posse de Geisel no Brasil, jovens capitães treinados para combater negros rebeldes nas colônias portuguesas da África, rebelaram-se na metrópole e derrubaram a ditadura fundada em 1932-1933 pelo professor Antônio de Oliveira Salazar e dirigida, desde a incapacitação deste em 1968 e sua morte em 1970, pelo também professor Marcelo Caetano. A ditadura durara mais de quarenta anos e caiu em poucas horas, sem tentar qualquer resistência.

UMA DITADURA SE SABE COMO COMEÇA, NÃO COMO TERMINA

Geisel aproveitou para fazer chegar aos chefes militares que mais resistiam a seu projeto de abertura política, parcialmente revelado entre a eleição e a posse, a observação de que, como demonstrava Portugal, uma ditadura se sabe como começa, não como termina. No Brasil a distensão política era necessária — uma abertura lenta, gradual e segura — para que aqui não viesse acontecer qualquer coisa parecida com o que acontecera em Portugal, com capitães desfilando pelas ruas com cravos na boca dos fuzis e de braços dados com comunistas.

Sete meses depois, em novembro, o Brasil teria eleições diretas para o Senado, a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas estaduais — e Geisel ousou permitir que ambos os partidos, a Arena governista e o MDB opositor, tivessem acesso igual e gratuito à TV e ao rádio, nos horários de maior audiência. Ao mesmo tempo suspendia gradualmente a censura aos jornais, para que aos poucos se sentissem em condições de cobrir a campanha eleitoral.

No período da campanha, já desabavam sobre a economia brasileira as consequências da crise do petróleo e do aumento brutal do pre-

ço dos derivados. Geisel sofreu pressões pesadas para decretar o racionamento da gasolina e desistir de seu Plano Nacional de Desenvolvimento, ou seja, adotar uma política recessiva que contrastaria radicalmente com a euforia do “milagre brasileiro” e promoveria níveis de desemprego aos quais o país não estava acostumado. E como enfrentar uma campanha eleitoral com tão acentuada e brusca redução na já precária qualidade de vida dos brasileiros.

Mesmo com a manutenção da política desenvolvimentista, a liberação da TV e do rádio para o MDB garantiu a este uma grande vantagem. A única eleição majoritária em jogo era para senador e o MDB venceu em 16 Estados. Nas eleições proporcionais, ele aumentou consideravelmente sua bancada de deputados federais, privando a Arena da maioria de dois terços que conquistara em 1970 na Câmara dos Deputados e também no Senado.

Ao tomar conhecimento desses resultados, Geisel se queixaria amargamente de Médici por não ter aproveitado sua maioria de dois terços no Congresso para encaminhar um projeto de abertura que substituísse o AI-5 então em vigor por salvaguardas constitucionais capazes de prevenir e reprimir qualquer ameaça ao regime.

Mas a verdade é que o resultado da eleição foi muito explorado entre os militares e deixou Geisel muito fraco sobretudo nos comandos mais importantes do Exército. Em maio morreu o, o General Vicente de Paulo Dale Coutinho, ministro dessa pasta escolhido por ele e Geisel teve de substituí-lo pelo então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Silvio Frota, que era radicalmente contra a abertura e logo passou a ter ambições presidenciais.

Em tal situação, Geisel teve de retardar os passos seguintes da abertura e tratou de recompor sua força no Exército e no conjunto das Forças Armadas com bons resultados que, apesar da crise do petróleo, a ação de seu governo produzia. Entre esses resultados, a Petrobrás, presidida no governo Geisel pelo almirante Floriano Faria Lima e em seguida pelo General Araken de Oliveira, foi liberando cautelosa-

“A descoberta de Garoupa demonstrava o potencial da Bacia de Campos, da qual se sabia que tinha sido formada 100 milhões de anos antes, a partir do processo de separação dos continentes sul-americano e africano.”

te informações que aos poucos deixavam claro que a Bacia de Campos tinha no fundo do mar muito mais petróleo do que se podia esperar e que essas reservas fariam no futuro a autossuficiência do Brasil em petróleo.

O CAMPO DE GAROUPA

Em 1973 o navio-sonda Petrobrás II vencera os duzentos metros finais da perfuração prevista de até 3.500 metros para o poço RJS-7, em lâmina d'água de 110 metros, e alcançara a Formação Macaé, composta de rochas calcárias. Mas o poço se revelou subcomercial e o navio-sonda foi transferido para outro lugar.

A sonda continuou na Bacia de Campos e, em dezembro de 1974, trabalhando num segundo poço, o 1-RJS 9A, descobriu o campo de Garoupa. Como se previa pelos dados preliminares, o poço, a 124 metros de profundidade, revelou uma coluna de óleo de mais de 100 metros de espessura, com reservas estimadas em torno de 100 milhões de barris. Era o primeiro a produzir em reservatórios calcários no Brasil e revelou vazões de cerca de 3 mil barris por dia.

A descoberta de Garoupa demonstrava o potencial da Bacia de Campos, da qual se sabia que tinha sido formada 100 milhões de anos antes, a partir do processo de separação dos continentes sul-americano e africano. Sedimentos liberados no Oceano Atlântico ao longo desse tempo teriam formado uma espécie athero natural, que, sob variados níveis de pressão e temperatura, entraram em decomposição originando reservas de petróleo e gás natural dentro de rochas porosas no subsolo marinho.

A área da Bacia de Campos, até então a mais importante província petrolífera do país, com cerca de 100 mil quilômetros quadrados, estendia-se do Espírito Santo, na altura de Vitória, até Arraial do Cabo, no litoral norte do Estado do Rio.

Depois de Garoupa, foi descoberto em 1975 o campo de Namorado e, no ano seguinte, o de Enchova — seguidos, a partir da acumulação de conhecimento geológico e geofísico da Bacia de Campos, de descobertas como Pampo, Badejo, Bonito, Linguado, Bicudo e Corvina, entre outros.

Devido a dificuldades técnicas, o campo de Garoupa só começaria a produzir em 1979. Mas a Petrobrás precisava compensar o declínio dos campos terrestres em que operava e cogitava de aumentar rapidamente a produção interna. Na época, o Brasil extraía apenas 160 mil barris diários de petróleo de suas bacias sedimentares e pagar pelo petróleo importado a preços cada vez mais caros custaria mais que os investimentos necessários para extrair petróleo do fundo do mar.

Isso levou a Petrobrás a experimentar um novo sistema de produção flutuante e ela escolheu o poço 3-EN-1-RJS, no campo de Enchova, que se revelou um excelente produtor, com vazão de mais de 10 mil barris diários de óleo. Utilizando a plataforma semissubmersível Sedco 135-D, o Sistema de Produção Antecipada de Enchova entrou em produção em 13 de agosto de 1977, em 124 metros de lâmina d'água, inaugurando a produção na Bacia de Campos.

Essa experiência reduziu o tempo normalmente gasto entre a descoberta de petróleo e



Sistemas flutuantes de produção, modelo para a produção em campos em águas profundas, uma tecnologia que se tornou vanguarda no mundo e levou a Petrobrás a bater vários recordes internacionais.

o início da produção comercial e foi um marco de avanço tecnológico, que se multiplicou em águas profundas (mais de 400 metros de lâmina d'água) e ultra profundas (a partir de 1.000 metros).

O exemplo de Enchova motivou a Petrobrás a instalar vários sistemas antecipados na Bacia de Campos. Esses sistemas, concebidos para utilização provisória, possibilitaram tais resultados que se transformariam em opções permanentes, os sistemas flutuantes de produção, modelo para a produção em campos em águas profundas, uma tecnologia que se tornou vanguarda no mundo e levou a Petrobrás a bater vários recordes internacionais.

1975, O PRÓ-ÁLCOOL E OS CONTRATOS DE RISCO

Depois dos avanços de 1974 na exploração de petróleo no mar, muito promissores mas de resultados que ainda demorariam, o governo Geisel partiu em 1975 para os projetos do Pró-álcool e dos contratos de risco com empresas privadas para a exploração de petróleo.

Como o Brasil importava 80% do petróleo que consumia, o Pró-álcool propunha que se usasse álcool-motor em vez de derivados como a gasolina, para economizar petróleo e reduzir sua importação. O Pró-álcool foi concebido pelo

engenheiro, físico e professor José Walter Bautista Vidal, Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, em parceria com o Coronel-Aviador Urbano Ernesto Stumpf, Chefe da Divisão de Motores do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Tecnológico da Aeronáutica, o antigo ITA, de São José dos Campos;

Desde 1973, Stumpf e sua equipe trabalhavam com protótipos de carros a álcool e os testes davam resultados positivos, que se combinavam com o fato de o Brasil dispor de solo fértil, canais e destilarias, bastando o governo estimular a produção de álcool para desenvolver um mercado alternativo e reduzir as importações de petróleo.

Graças aos subsídios ao plantio de cana, à construção de novas destilarias e à ampliação das já existentes, as primeiras versões dos motores a álcool desenvolvidos pelo Centro Tecnológico da Aeronáutica foram testadas com sucesso no Circuito da Integração Nacional, em outubro de 1976, quando um Dodge, um Fusca e um Gurgel Xavante movidos a álcool percorreram 8 mil quilômetros em nove Estados, enfrentando estradas e rodovias das mais variadas condições.

O primeiro carro a álcool foi lançado em 1979 e na primeira década do Pró-álcool os resultados foram positivos. Em 1983, as vendas do carro a álcool dominaram o mercado bra-

sileiro. Em 1991, aproximadamente 60% dos cerca de 6 milhões de carros do país eram a álcool. De 1975 a 2000, foram produzidos cerca de 5,6 milhões de veículos a álcool hidratado.

Além disso, o Proálcool promoveu a mistura de uma fração de álcool anidro (de 1,1 a 25% à gasolina consumida por uma frota superior a 10 milhões de veículos, evitando, assim, emissões de gás carbônico da ordem de 110 milhões de toneladas de carbono e a importação de aproximadamente 550 milhões de barris de petróleo, com uma economia de divisas da ordem de 11,5 bilhões de dólares.

Também em 1975 o governo Geisel teve de recorrer aos contratos de risco. Nesse ano os avanços da Petrobrás na Bacia de Campos eram consideráveis, mas só a médio prazo haveria resultados concretos. Enchova, por exemplo, começou a produzir petróleo em 1977 e Garoupa em 1979. Enquanto isso as importações de petróleo consumiam as receitas cambiais do país, a dívida externa aumentava, caía a taxa de crescimento econômico do país e o desequilíbrio do balanço de pagamentos se agravava.

Foi nesse contexto que começou a ser estudada no governo a adoção de contratos de risco entre a Petrobrás e empresas estrangeiras, para a pesquisa e possível exploração de petróleo na plataforma continental brasileira.

Em reunião do ministério, manifestaram-se contra os contratos de risco os Ministros Severo Gomes, da Indústria e Comércio, e Azeredo da Silveira, das Relações Exteriores. Geisel, a contragosto, não viu outra alternativa e na noite de 9 de outubro fez um pronunciamento dramático pela TV, para anunciar a decisão de autorizar os contratos.

Nesse pronunciamento ele reiterou o que dissera ao deixar a presidência da Petrobrás para ser candidato à Presidência da República e disse que o monopólio estatal previsto em lei não devia ser entendido como um fim em si mesmo e sim um meio para “assegurar, nas melhores condições possíveis, o abastecimento nacional de petróleo”.

Logo depois, para assegurar o fornecimento de petróleo pelos países árabes, a delegação brasileira na ONU votou a favor de uma moção que condenava o sionismo como uma forma de discriminação racial, o que provocou uma nota oficial de desaprovação dos Estados Unidos.

Nessa ocasião, o chanceler Azeredo da Silveira teria declarado a Henry Kissinger, Secretário de Estado dos Estados Unidos, que “talvez essa mudança não fosse tão brusca”, caso eles tivessem um milhão de barris de petróleo para fornecer diariamente ao Brasil.

— Com a produção na ordem de 200 mil diários para um consumo superior ao milhão de barris diários – escreveria Pedro Pinho no Monitor Mercantil – Geisel ... resolve abrir a exploração de petróleo em nossas bacias sedimentares às empresas estrangeiras, privadas ou estatais.

— O primeiro contrato foi assinado em 1977 com a British Petroleum (BP). Geisel conhecia a capacitação técnica dos geólogos e geofísicos da Petrobrás. Diversas vezes observara sua participação em congressos internacionais e na numerosa quantidade de artigos desses profissionais nas mais importantes publicações técnicas sobre petróleo.

— De algum modo, tenha ou não sido também seu objetivo, os contratos de risco nada de significativo obtiveram, mas demonstraram a alta qualidade dos profissionais da Petrobrás, que continuavam a descobrir e produzir petróleo no Brasil e no exterior.

1976: O CAMPO GIGANTE DE MAJNOON, NO IRAQUE

De todos os lugares no exterior em que poderia explorar petróleo para atender ao consumo no Brasil, era o Iraque o mais promissor quando a Petrobrás criou a Braspetro em 1972. Em longo e detalhado depoimento a Paulo Moreira Leite para o site 247, o geólogo Guilherme Estrela, que participou da atuação da Braspetro no Iraque e mais tarde seria o gran-

de condutor da descoberta do Pré-Sal, reconstituiria a chegada brasileira ao Iraque em 1973:

— No início da década de 1970, o Brasil vivia uma fase de grande crescimento econômico. Mas naquele tempo nossa produção de petróleo era baixa: as importações cobriam 80% das necessidades do país. Não tínhamos pesquisas apuradas, capazes de identificar a riqueza de nossos reservas e, por isso, em 1972 foi criada a Petrobrás Internacional, Braspetro. Sua missão era explorar e produzir petróleo no exterior, usando a tecnologia que já possuíamos para reforçar o suprimento nacional.

— Em julho de 1971, o governo do Iraque nacionalizou as empresas estrangeiras que controlavam o setor de petróleo e gás do país. Numa decisão obviamente a mando dos países de origem dessas empresas — Estados Unidos, Reino Unido, França e Holanda — a Corte Internacional de Haia decretou o bloqueio do petróleo iraquiano, que a partir de então não poderia ser comercializado. Era uma forma de estrangular um esforço legítimo de um país por sua soberania, que inclui o melhor aproveitamento possível dos recursos naturais, que deve ser assegurado a toda nação.

— Em 1973, o preço do barril de petróleo quadruplicou. Numa medida que seria seguida por outros países, que se recusavam a arcar com um prejuízo que não lhes dizia respeito, o governo brasileiro decidiu quebrar esse bloqueio. Naquele período, Ernesto Geisel era o presidente da Petrobras. Os países da OPEP fizeram um movimento na mesma direção. Para estimular a chegada de investimentos de fora, criaram a categoria de “cliente preferencial”, que envolvia um conjunto de facilidades para países importadores dispostos a explorar petróleo em seus territórios. Era uma decisão política, como tudo o que acontece no petróleo.

A Braspetro foi para o Iraque em 1973 como prestadora de serviços e aproveitando as potencialidades da condição de cliente preferencial e logo iniciou trabalhos de exploração,

“A Braspetro foi para o Iraque em 1973 como prestadora de serviços e aproveitando as potencialidades da condição de cliente preferencial e logo iniciou trabalhos de exploração, sabendo que se entregava a um trabalho de risco, “mesmo com apoio de excelentes estudos de geologia de superfície e de geofísica”.”

sabendo que se entregava a um trabalho de risco, “mesmo com apoio de excelentes estudos de geologia de superfície e de geofísica”.

— O primeiro poço foi aberto — prossegue o depoimento de Estrela — sem sucesso. Mas aprovamos a perfuração de um segundo poço. Era Majnoon, onde assumi, em 1976, o cargo de gerente de exploração. Num trabalho de equipe, que envolveu vários profissionais por um longo período de estudo, e que não deve de forma alguma ser visto como fruto de uma ação individual, logo surgiram sinais de que se tratava de uma reserva realmente enorme.

Inicialmente se esperava que o campo, no sul do Iraque e descoberto em 1976, tivesse uma reserva de sete bilhões de barris, com um óleo entre pesado e médio. Logo, porém, verificou-se que Majnoon estava entre os campos de petróleo mais ricos do mundo, com reservas de óleo de 23 a 25 bilhões de barris e reservas provadas de 12,8 bilhões de barris. Essa reserva “realmente enorme”, como a qualificou Estrela, era tão grande que, nos anos seguintes foi possível perceber uma situação insustentável, do ponto de vista político e estratégico.

— O governo do Iraque — acrescentou Estrela — não tinha condições de deixar a exploração de Majnoon com uma empresa de país estrangeiro, ainda que fosse do Brasil, país que se recusara a participar do boicote. Em 1978, o contrato foi suspenso. É bom reconhecer que não éramos donos de Majnoon. Éramos prestadores de serviço do governo iraquiano, apenas.

A Braspetro tinha furado 20 poços no campo e colocados 14 sondas de perfuração em serviço.

Em outra passagem de seu depoimento a Paulo Moreira Leite, Estrela examinou acontecimentos posteriores à descoberta de Majnoon, como a invasão do Iraque pelos Estados Unidos e a OTAN em 2003:

– A história do super campo de Majnoon, com uma reserva que chegamos a estimar em 80 bilhões de barris, é especialmente importante, porque ajuda a entender o caráter criminoso que pode assumir a disputa pelas áreas ricas em petróleo. Esse campo era o verdadeiro alvo dos invasores do Iraque em nome da chamada Colonização da OTAN, promovendo um genocídio que envergonha qualquer noção de civilização. A barbárie promovida no Iraque, com base na mentira inventada de que o país possuía armas de destruição em massa, é uma lição exemplar sobre a absoluta falta de qualquer sentido ético por parte do esforço das grandes potências para garantir seu suprimento de gás e petróleo. A causa real dessa invasão, um ato de pirataria em pleno século XXI, foi a tentativa, apoiada por tropas e forças mercenárias, de recuperar Majnoon.

O GOVERNO FIGUEIREDO E A SEGUNDA CRISE DO PETRÓLEO

O General João Figueiredo, sucessor de Geisel e último Presidente dos vinte anos de governo militar iniciados pelo golpe de 1964, teve sua escolha formalizada pelo Colégio Eleitoral a 15 de janeiro de 1979. No dia seguinte, o Xá Reza Pahlevi fugia do Irã, derrubado pela revolução republicana liderada pelo Aiatolá Khomeini – revolução que seria a causa da segunda crise mundial do petróleo e de consequências para a economia brasileira tão devastadoras quanto as da primeira crise.

Figueiredo tomou posse a 15 de março e já em julho advertia que o Brasil teria necessidade de adotar “uma nova economia de guerra”.

No mesmo pronunciamento, ele anunciou o congelamento das importações de petróleo e a criação do Conselho Nacional de Energia, presidido pelo Vice-Presidente Aureliano Chaves e composto por oito ministros, os presidentes do Conselho Nacional de Petróleo, da Petrobrás e da Eletrobrás e mais três cidadãos, “de reputação ilibada e notório saber no campo da energia”.

Desse pronunciamento em diante, o governo priorizou sua ação em favor do Proálcool e outras fontes de energia alternativa e a Petrobrás intensificou a prospecção de petróleo na plataforma submarina, conseguindo dobrar a produção de petróleo de 160 mil para 320 mil barris diários entre 1979 e 1982.

No início dos anos 80, a Petrobrás já tinha um grande conhecimento geológico e geofísico da Bacia de Campos e pôde avançar para uma nova fronteira em águas profundas e depois em águas ultra profundas. Já em 1984, último ano do governo Figueiredo foi encontrado o campo gigante de Albacora, o primeiro em águas profundas, chegando a 1.100 metros.

No governo Figueiredo a Petrobrás teve avanços como a descoberta de Albacora, mas ela e o Brasil inteiro sofreram as pesadas consequências do segundo choque do petróleo.

Em 1978, imediatamente antes da investida de Figueiredo, o preço médio internacional do petróleo estava em 12 dólares (contra os 3 dólares de antes do primeiro choque do petróleo em 1973). Em 1979, ele subiu de 12 para 29 dólares, em consequência do segundo choque, e em 1980 chegou a 35 dólares.

A dívida externa do Brasil, pesadamente castigada pelas despesas sempre crescentes com a importação de petróleo, cresceu 50 milhões de dólares entre a posse de Figueiredo em 1979 e os últimos momentos de seu governo e chegara aos 100 bilhões no fim de 1984.

E a inflação de 46% em março de 1979, que Figueiredo encontrara ao assumir, subira para 223% em dezembro de 1984.



OS PRIMEIROS GOVERNOS CIVIS DEPOIS DE VINTE ANOS



Tancredo Neves e José Sarney

Esta foi a última eleição indireta no Brasil! — disse Tancredo Neves no plenário da Câmara dos Deputados na manhã de 15 de janeiro de 1985, nas primeiras e muito aplaudidas palavras de seu discurso como Presidente eleito da República, minutos depois da reunião do Colégio Eleitoral que o tinha escolhido.

Tancredo presidiria o primeiro governo civil no Brasil em vinte anos, depois dos cinco Generais-Presidentes do regime militar implantado pelo golpe de 1964. Ele deveria tomar posse na manhã de 15 de março, dois meses depois, mas na noite da véspera teve de ser interna-

do para uma cirurgia intestinal de emergência no Hospital de Base de Brasília e quem tomou posse, interinamente, foi o Vice eleito com ele, José Sarney.

O exercício interino da Presidência tornou-se definitivo com a morte de Tancredo na noite de 21 de abril, que colocou Sarney diante da responsabilidade de conduzir a transição não apenas de um governo a outro, mas de um regime a outro — uma transição que ainda enfrentava resistências nos grupos radicais remanescentes do regime militar encerrado pela posse que deveria ser de Tancredo mas teve de ser dele.

“ **Sarney logo reajustou o salário-mínimo com um decreto que cobria as perdas causadas pela inflação e ainda aumentava seu poder de compra em 6% reais, acima da inflação.** ”

Ao lado dessa resistência, amortecida pelo trauma decorrente da doença e da morte de Tancredo, o governo Sarney tinha a herança da inflação deixada pelo governo Figueiredo, de 223% em dezembro de 1984, e de uma dívida externa de 100 bilhões de dólares. Era preciso ativar logo a rolagem e a renegociação dessa dívida, que estrangulava a economia do país e se multiplicava desde os choques do petróleo dos anos 70, mas o mais urgente era enfrentar a inflação ou ao menos reduzir o ritmo de seus assustadores avanços mensais.

Sarney sabia-se um Presidente fraco e que seu governo poderia não durar, derrubado pela inflação, combinada com o irredentismo dos grupos que se opunham à transição para o governo civil e com a resistência oposta a sua escolha para Vice de Tancredo por ter sido antes. Por isso Sarney orientou a política econômica do mandato que começava a exercer para um modelo de combate à inflação que de todas as formas excluía a recessão.

Mais tarde Sarney poderia dizer que em seu governo o Brasil não tinha vivido um só dia de recessão. Para garantir que não houvesse recessão, Sarney logo reajustou o salário-mínimo com um decreto que cobria as perdas causadas pela inflação e ainda aumentava seu poder de compra em 6% reais, acima da inflação.

Sarney não ignorava que um aumento real de 6% no salário mínimo provocaria o realinhamento dos outros salários e uns e outros alimentariam a espiral inflacionária. Mas já devia saber o que os índices de abril revelariam nos próximos dias: que a inflação caíra nesse mês para 7,2%.

Ao ser anunciado esse número, o Ministro da Fazenda Francisco Dornelles declarou esperar

índices ainda menores ou pelo menos iguais, mas não índices maiores, nos meses seguintes. Para conseguir essa queda, explicou, o governo vinha recorrendo e continuaria a recorrer ao congelamento de preços administrados e de tarifas de serviços públicos.

A CONTRIBUIÇÃO DA PETROBRÁS NA LUTA CONTRA A INFLAÇÃO

Entre esses preços estavam os dos derivados de petróleo fornecidos pela Petrobrás, que assim passou a dar uma grande contribuição à política econômica do governo, absorvendo os prejuízos do congelamento.

A boa notícia de que a inflação caía foi o ponto alto de uma reunião do ministério a 7 de maio e Sarney pôde dizer:

— Embora essas políticas não costumem produzir resultados expressivos em curto prazo, a inflação em abril já se situou em 7,2%. De outra parte, o crescimento anual da base monetária que, em início de março, era de 260%, baixou, no final de abril, para 207%.

Numa economia estrangulada pela dívida externa, que, com a inflação em queda, passava a ser o maior problema do Brasil naquele momento, outra boa notícia que Sarney tinha para anunciar era a situação do comércio exterior do país:

— O equilíbrio das contas externas — disse ele na reunião do ministério — está sendo buscado através da obtenção de significativo superávit no comércio exterior. A prioridade concedida ao financiamento das exportações contribuiu para que o saldo comercial do mês de abril ultrapassasse 1 bilhão de dólares. O nível das reservas brasileiras está na casa dos 8 bilhões de dólares.

Isso aliava momentaneamente, mas não resolvia a questão da dívida externa, que chegava à beira dos 100 bilhões de dólares em fins de 1984. Os vencimentos em cada um dos próximos cinco anos seriam de cerca de 14% desse

total, ou seja, já no ano de 85 o Brasil teria de pagar quase 13 bilhões, e outros 13 bilhões em 86, 87, 88 e 89, ao longo de todo o período previsível do governo Sarney. As reservas brasileiras e o superávit comercial não seriam suficientes sequer para cobrir os pagamentos até o fim daquele ano.

A dívida externa de países em desenvolvimento, como o Brasil, crescera exponencialmente em virtude das crises mundiais do petróleo, a partir de 1973, quando o preço do barril de óleo cru passara primeiro de 3 a 13 dólares e depois chegara aos 30. O Brasil ainda era grande importador e subitamente passou a pagar dez vezes mais pela mesma quantidade de petróleo.

Em 1985, o Brasil já produzia metade do petróleo que consumia, muito acima, portanto, dos 14% registrados em 1979, mais ainda tinha de importar metade de seu consumo e este poderia aumentar consideravelmente à medida que a economia crescesse para sustentar o poder aquisitivo dos salários.

Em setembro Sarney foi a Nova York para discursar na abertura da assembleia anual da ONU, e lembrou que no Brasil o salário mínimo ainda equivalia a 50 dólares e seria ainda menor se ele não o tivesse majorado em 100% às vésperas do 1º de maio. Pois esse país de 50 dólares de salário mínimo teria de pagar, nos próximos quatro anos, cerca de 50 bilhões de dólares só de juros de uma dívida externa que na verdade era exponencialmente menor, porque ao preço das importações de petróleo se acrescentavam os juros e outros encargos extorsivos da dívida externa.

— Esta — diz Sarney na ONU — é a situação de um país que tem potencialidades, uma pauta diversificada de exportações que vai de produtos primários a derivados de petróleo, produtos industrializados, máquinas e até aviões. Podemos avaliar o impacto destes fatores em outros países sem as nossas condições.

O Brasil, como lembrou Sarney na ONU, já exportava derivados de petróleo, mas estava prestes a iniciar conversações para a exportação, também, de tecnologia de petróleo.

A 31 de outubro chegou a Brasília, em visita oficial, o Primeiro-Ministro da China comunista, Zhao Ziyang, e Sarney, quebrando o protocolo, foi recebê-lo no aeroporto. A China pretendia importar a tecnologia de petróleo da Petrobrás, que já se firmara na Bacia de Campos, primeiro passo da escalada que a levaria futuramente ao Pré-Sal. A China queria também importar aço do Brasil e produtos primários como minério de ferro e grãos.

1986: A PETROBRÁS DESCOBRE O CAMPO DE URUCU, NA AMAZÔNIA

1986 foi o ano do Plano Cruzado, que zerou a inflação, mas depois frustrou-se pelas imposições eleitorais do PMDB, o partido que controlava o Congresso, e o ano da eleição da Constituinte convocada por iniciativa de Sarney — um ano de alta voltagem política.

Apesar disso, os avanços da Petrobrás continuavam, embora sacrificada pelo cerceamento do preço de seus derivados, que eram calculados pelo custo de produção, não pela política praticada no futuro de enriquecer parasitariamente acionistas minoritários. A Petrobrás investia em seu projeto de encontrar e explorar petróleo, de preferência no próprio Brasil, e em 1986 encontrou muito petróleo na Amazônia.

Trinta anos antes, recém fundada, a Petrobrás vivera a esperança e a decepção da experiência de Nova Olinda, na Amazônia. Mas a pesquisa não cessara e em 1986 a Amazônia finalmente revelou resultados positivos, com a descoberta das reservas de petróleo no rio Urucu, próxima a esse rio, na bacia do Solimões.

Dessa Província Petrolífera de Urucu, com sede no município de Carauari, a 650 km de Manaus, verificou-se logo que era a maior reserva provada terrestre de petróleo e gás natural do Brasil, mas as primeiras notícias foram cautelosas. Só em abril de 1987 é que Sarney, para contrabalançar a onda de adversidades que vivia, anunciou:

— Achei que era meu dever dar, pessoalmente, uma excelente notícia ao povo brasileiro



Exploração de petróleo em Urucu na Amazônia original



Presidente Sarney faz um discurso quando da inauguração do campo de petróleo em Urucu

hoje. Outro dia eu tive a oportunidade de dizer que nós tínhamos perfurado na Amazônia e encontrado petróleo na área do Rio Juruá, na margem do Rio Urucu. Mas, com certa prudência, nós, embora dizendo que esse poço era de excelente qualidade, uma vez que ele produzia 900 barris por dia, com 600 barris de concentrado de petróleo e também 500 mil metros cúbicos de gás, fomos cautelosos em não dizer que se tratava ainda de uma província produtora de petróleo.

— Mas agora eu posso anunciar que ontem à noite, depois de a Petrobrás perfurar o segundo poço, a 14 quilômetros de distância do primeiro, nós constatamos, comprovadamente, a existência de uma grande província produtora de petróleo na Amazônia. Essa província, já dimensionada, é de 100 quilômetros quadrados. Para que se possa verificar a dimensão dessa descoberta, basta dizer que esses dois poços são os melhores poços de petróleo em terra existentes no País.

Se o ano de 86 foi o da descoberta de petróleo em terra, na Amazônia, o de 1987 marcou um novo avanço no mar, com o início da produção no campo de Albacora, na Bacia de Campos — ainda a produção “antecipada”, em que a Petrobrás não esperava pela instalação de uma plataforma definitiva, mas armazenava provisoriamente num navio o petróleo extraído do fundo do mar.



Albacora, Bacia de Campos. Descoberto em 1986, está em produção desde 1998, a uma lâmina d’água que varia entre 800 e 2000 metros

Isso aconteceu em outubro, com o poço 1-RJS-297, que, com mais cinco poços, integrava a Fase I de exploração do campo. O que os poços extraíam seguia por manifold (MSP-1) para o navio de processamento P. P. Moraes (manifold é uma palavra inglesa que significa múltiplo e é utilizada quando são necessários vários tubos de entrada ou de saída de uma única instalação).

Os principais objetivos dessa Fase eram a antecipação de produção e a coleta de dados de produção e de reservatórios.

Em 1989, com a instalação de mais um manifold de produção foi possível interligar mais

seis poços, sendo cinco no Arenito Marlim e um no Arenito Namorado, dando início a Fase IA que foi concluída em 1993, com a substituição do P.P. Moraes pela plataforma P-24 e a interligação de mais dois poços produtores no Arenito Marlim e um no Namorado. O pico de produção do Campo de Albacora ocorreu já em dezembro de 1998, com a produção média de 199.800 barris/dia.

A verdadeira saga das descobertas e dos avanços da Petrobrás foi consagrada pela Assembleia Nacional Constituinte, que em 1988 introduziu o monopólio estatal do petróleo no texto da nova Constituição, em termos até mais abrangentes que os da Lei 2004, que criou a Petrobrás.

Pelo art. 177 da Constituição, tal como originalmente votada, constituíam monopólio da União, além de atividades de menor porte ligadas à indústria petrolífera, a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro; a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes dessas atividades; e o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no país, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.

Esse artigo da Constituição, aprovado por enorme maioria na Constituinte, vigorou por menos de dez anos. A pretexto de ser “flexibilizado”, ele foi na verdade revogado por uma emenda constitucional votada em 1995, no primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso.

Já se espalhava pelo mundo o arrastão neoliberal iniciado em 1979/1980 pela ascensão ao poder de Reagan nos Estados Unidos e da sra. Thatcher na Inglaterra — o Brasil começou a ser contaminado em 1989, um ano depois do encerramento da Constituinte, pela eleição de Fernando Collor para a Presidência da República.

Collor foi envolvido logo por denúncias de corrupção — em seu caso verdadeiras — e, derubado por um processo de impeachment, não teve tempo de agir a fundo contra a Petrobrás. Ao contrário dele, seu Vice e sucessor Itamar Franco defendeu a Petrobrás de todas as formas.

Graças a isso, a Petrobrás chegou inteira ao governo Fernando Henrique. E graças a toda a sua história sobreviveu a este.

O GOVERNO COLLOR

O governo Collor, empossado a 15 de março de 1990, começou agindo contra a Petrobrás pelos flancos. Um decreto de Collor logo depois da posse extinguiu suas subsidiárias Interbrás e Petromisa e o Conselho Nacional do Petróleo.

A Interbrás, Petrobrás Comércio Internacional S.A., era uma estatal 100% controlada pela Petrobrás, criada no governo Geisel para atuar no comércio exterior, alavancando a ação de empresas privadas brasileiras com o poder econômico decorrente da ação da Petrobrás como grande importadora e já exportadora. Ela tinha subsidiárias ou escritórios em Londres, Rotterdam e Nova York e os negócios possibilitados por ela chegaram a movimentar cerca de 4 bilhões de dólares por dia.

“A verdadeira saga das descobertas e dos avanços da Petrobrás foi consagrada pela Assembleia Nacional Constituinte, que em 1988 introduziu o monopólio estatal do petróleo no texto da nova Constituição, em termos até mais abrangentes que os da Lei 2004, que criou a Petrobrás.”

A Petromisa, também criada pelo governo Geisel, tinha por objetivo a exploração de cloreto de potássio, adubo químico, em Sergipe. Ela produzia cerca de 12% do potássio consumido no Brasil e sua atividade era altamente lucrativa.

A extinção de duas empresas tão lucrativas teve como pretexto a opção de concentrar a Petrobrás em sua principal atividade, o petróleo. No caso da Interbrás, sua extinção privou o Brasil, não só a Petrobrás, de um poderoso mecanismo de abertura de oportunidades para empresas privadas brasileiras.

Segundo o ex-Ministro das Minas e Energia e ex-Presidente da Petrobrás Shigeaki Ueki, “não havia qualquer razão para fechar a Interbrás”:

– Era uma subsidiária lucrativa. O governo, através da Petrobrás, apoiou os exportadores brasileiros para conquistar mercado no Oriente Médio, principalmente em países exportadores de petróleo: como éramos grandes compradores de petróleo, éramos bem recebidos. Fizemos várias operações de troca daquilo que temos condições de produzir e exportar ... Se a Interbrás continuasse existindo na reconstrução do Iraque, a Petrobrás já estaria lá, com as empresas de engenharia.

Pior que a extinção da Interbrás e da Petromisa foi, politicamente, a extinção do CNP, o Conselho Nacional do Petróleo, que era o órgão normativo da política de petróleo e existia desde 1938, quando Getúlio Vargas, em seu primeiro governo, anulou todas as concessões até então outorgadas a empresas privadas nacionais e estrangeiras e assim abriu caminho para a Petrobrás, que criaria no segundo governo.

O Conselho tinha representantes de vários ministérios, inclusive o então Ministério da Guerra, depois chamado de Ministério do Exército e afinal, com a criação do Ministério da Defesa, encarregado do conjunto das Forças Armadas, rebatizado de Comando do Exército.

Nos primeiros tempos do governo provisório da Revolução de 30, foi o Estado-Maior do

Exército que estudou e levantou a questão do petróleo. Em caso de alguma situação interna ou de fronteira que exigisse a mobilização e movimentação de forças do Exército, este não teria mais de quinze dias de estoques de combustível para agir. E foi em função desses estudos que Getúlio, já em 1931, assinou sua primeira decisão sobre petróleo, fazendo depender de aprovação do governo federal as concessões que os governos dos Estados outorgavam a grupos privados locais e internacionais.

Finalmente, foi no CNP que o futuro Presidente Ernesto Geisel adquiriu a experiência que lhe permitiria defender a Petrobrás em pareceres e votações no próprio Conselho e depois presidi-la e, como Presidente da República, apoiá-la em sua prioridade para o mar e em sua ação internacional.

A extinção do Conselho Nacional do Petróleo serviria imediatamente para afastar o Exército e o conjunto das Forças Armadas da discussão e formulação da política governamental do petróleo. Elas e ele eram quase unânimes ao considerar o petróleo um bem estratégico e não uma commodity qualquer, como se pregava no arrastão neoliberal que chegava ao poder no Brasil com o governo Collor.

A longo prazo, a inexistência do CNP facilitaria no governo Fernando Henrique Cardoso a criação da ANP, a Agência Nacional do Petróleo, que na prática seria uma agência nacional contra a Petrobrás.

O RECORDE MUNDIAL DE PROFUNDIDADE

A longo prazo, os objetivos estratégicos do governo Collor seguiam as recomendações do Consenso de Washington, o seminário que, em novembro de 1989, reunira representantes do governo dos Estados Unidos, do FMI, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, além de economistas de países latino-americanos, para impor a esses países as práticas do neoliberalismo.



Cenpes etrobrás - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello

ção de 682 mil barris por dia. Seu desempenho financeiro também foi excepcional: em fevereiro de 1991 ela anunciou um lucro de 577 milhões de dólares em 1990, e em julho de 1991 bateu o recorde mundial de profundidade na exploração de petróleo offshore.

Em vez de se felicitar por esses resultados, o governo Collor passou a emitir sinais de que pretendia uma reformulação mais profunda da política para o petróleo, com a revogação parcial do monopólio estatal.

Os princípios gerais do Consenso de Washington eram a retirada do Estado das atividades econômicas; a abertura dos mercados nacionais para a importação de bens e serviços e a entrada de capitais de risco; e a estabilidade monetária, por meio do combate intransigente à inflação, ainda que à custa de recessão, desemprego, arrocho salarial e diminuição dos investimentos públicos na área social.

Enquanto não era atacada por medidas como essas, a Petrobrás continuava com seus avanços e em setembro de 1990, seis meses depois da posse de Collor e apesar do nenhum estímulo de seu governo, ela atingiu a produ-

“**Motta Veiga chegou à Petrobrás inteiramente convencido das vantagens e até da necessidade de privatizar tudo que fosse estatal e pensou desde logo em vender o Cenpes, o Centro de Pesquisas da Petrobrás, que tinha sido o principal indutor de avanços como o recorde mundial de profundidade em exploração de petróleo no mar.**”

MOTTA VEIGA E O CENPES

Era Presidente da Petrobrás nesse momento, nomeado por Collor, um executivo de grande prestígio no mercado financeiro, Luís Otávio da Mota Veiga, que presidira a CVM, Comissão de Valores Mobiliários, órgão normativo e fiscalizador das bolsas de valores.

Motta Veiga chegou à Petrobrás inteiramente convencido das vantagens e até da necessidade de privatizar tudo que fosse estatal e pensou desde logo em vender o Cenpes, o Centro de Pesquisas da Petrobrás, que tinha sido o principal indutor de avanços como o recorde mundial de profundidade em exploração de petróleo no mar.

Embora dotado de boa sofisticação intelectual em matéria financeira, Motta Veiga era um aderente incondicional à ideia simplória de que tecnologia se compra, não precisa produzir. Mas quando foi conhecer o Cenpes por dentro, não pôde deixar de verificar que ali se produzia tecnologia avançada que não existia para comprar em nenhum outro lugar.

Essa constatação mudou de estalo a visão de Motta Veiga sobre o Cenpes e o conjunto da Petrobrás. Coisa parecida acontecera em 1964,

nos primeiros momentos depois do golpe de 1964, quando o Marechal Ademar de Queiroz, nomeado Presidente da Petrobrás para “limpá-la” da presença de subversivos e corruptos em seus quadros, visitou pela primeira vez suas instalações na Bahia e ficou impressionado com o clima de trabalho, seriedade e competência que lá encontrou.

Também em setembro de 1990, seis meses apenas depois de nomeado, Motta Veiga demitiu-se da Presidência da Petrobrás, por recusar um contrato de fornecimento privilegiado para a VASP, a empresa aérea recém-privatizada do governo de São Paulo.

Mota Veiga denunciou pressões que estaria sofrendo de Paulo César Farias, o já famoso PC Farias, tesoureiro da campanha de Collor, e do secretário-geral da Presidência da República, embaixador Marcos Coimbra, cunhado de Collor, para fornecer combustível à VASP com financiamento a longo prazo e isenção de juros.

Collor negou as acusações e afirmou que “o fato de ser parente do Presidente, amigo do Presidente, conhecido do Presidente” não dava a qualquer pessoa salvo-conduto nem “delegação do Presidente para agir em seu nome”.

Depois surgiram outras denúncias de corrupção envolvendo a Petrobrás e também a Petros, seu fundo de pensões, denúncias que atingiam um auxiliar direto de Collor, o Secretário de Assuntos Estratégicos do governo, Pedro Paulo Leoni Ramos.

Em março de 1991, tornou-se claro e oficial o desejo de Collor de privatizar a Petrobrás — o que de saída despertou suspeitas da mesma ordem das que tinham levado Motta Veiga a demitir-se no ano anterior. Esse propósito ficou claro no Projeto de Reconstrução Nacional anunciado pelo governo e constituído por sete emendas constitucionais, 42 projetos de lei e dez decretos que tinham por objetivo “reerguer a economia, resgatar a dívida social e quebrar o monopólio estatal em várias atividades”. A expressão “várias atividades” escondia o fato de que atividade, o petróleo, e uma empresa, a Petrobrás, eram o alvo principal do projeto.

Não era fácil fazer andar a privatização da Petrobrás, que dependeria em primeiro lugar da aprovação de uma emenda constitucional que autorizasse a quebra do monopólio estatal do petróleo. O governo não dispunha de apoio no Congresso para isso e a difícil situação econômica em que ele próprio enfiara o país, com o congelamento dos ativos financeiros no momento de sua posse, não aconselhava ousadias desse porte.

Assim a Petrobrás, movida por uma espécie de autopropulsão política, continuou a avançar e em 1992 recebeu o prêmio OTC Distinguished Achievement Award, o mais importante da indústria do petróleo, concedido a ela na Offshore Technology Conference em homenagem ao fato de sua tecnologia no mar ter alcançado a profundidade de dois mil metros.

Nesse ano, porém, uma CPI investigou e confirmou denúncias de corrupção contra Collor e a Câmara dos Deputados aprovou a 29 de setembro, por 441 a 38 votos, o pedido de impeachment que o afastou provisoriamente do cargo. A 29 de dezembro, o Senado estava reunido para decidir sobre sua destituição e afastamento definitivos quando ele renunciou ao mandato e o Vice Itamar Franco, que o substituíra interinamente, tornou-se seu sucessor.

O GOVERNO ITAMAR FRANCO

As disposições do Vice Itamar Franco em relação à Petrobrás, ao assumir a Presidência da República em outubro de 1992, ficaram claras já na escolha de seu Ministro das Minas e Energia, o deputado Paulino Cícero de Vasconcelos, de Minas Gerais e de notórias convicções em defesa da Petrobrás — as mesmas, aliás, do próprio Itamar enquanto Senador, entre 1975 e 1990.

Outra escolha que deixava claras as disposições de Itamar foi a do socialista Antônio Houaiss, um dos mais importantes intelectuais brasileiros de sua época, para o Ministério da Cultura.

Ao empossar esses e os demais ministros, Itamar fez um pronunciamento no qual definiu

como sua primeira tarefa “colocar, em caráter de urgência, a administração de fato a serviço do Estado, e este, a serviço da nação”.

Referindo-se claramente à política econômica de Collor, Itamar afirmou que seu governo “desceria ao áspero solo da realidade” para repelir a modernidade “criminosa e cruel” que negava ao povo “a dignidade do pão, do alfabeto, do trabalho honrado, da saúde e da alegria”. E contestou a pregação em favor do enfraquecimento do Estado: “Se o Estado não servir para promover a paz, a justiça e o bem-estar entre os homens – acrescentou - para que servirá?”

Ainda em 1992, como Vice em exercício da Presidência antes do afastamento definitivo de Collor, Itamar determinou o adiamento do programa de desestatização para março de 1993, além de baixar decreto que ampliava a parcela de dinheiro vivo a ser usado obrigatoriamente na compra das empresas.

Também em resposta ao pensamento neoliberal que chegara ao poder com a eleição de Collor, Itamar promoveu a celebração de um contrato de gestão entre o governo federal e a Petrobrás, para demonstrar que uma estatal poderia ser conduzida com a mesma flexibilidade e funcionalidade de uma empresa privada. Os contratos de gestão tinham sido previstos pela Constituição Federal de 1988, com o objetivo de fixar metas de desempenho para estatais.

O Decreto 1050, assinado por ele a 27 de janeiro de 1994, estabelecia as condições específicas para a celebração, entre a União Federal e a Petrobrás, do contrato individual de gestão previsto no Programa de Gestão das Empresas Estatais que vinha de 1991, no governo Collor.

Após a celebração do contrato individual de gestão, dizia o decreto, a Petrobrás só ficaria sujeita, no âmbito do Poder Executivo, às normas de controle interno e supervisão ministerial estabelecidas no próprio contrato.

O contrato visaria a aumentar a eficiência e incrementar a competitividade da Petrobrás, assegurando-lhe maior autonomia de gestão administrativa e empresarial, dentro do regime jurídico próprio das empresas privadas, conforme preceituado pelo art. 173, § 1º, da Constituição Federal, e teria como objetivos: eliminar fatores restritivos à flexibilidade de sua ação administrativa e empresarial, com vistas a alcançar seus objetivos estratégicos; atingir metas e resultados específicos, fixados periodicamente e aferidos, conjuntamente pela União e pela Petrobrás, por meio de indicadores e sistemática de avaliação; contribuir para o cumprimento de obrigações assumidas pela Petrobrás em compromissos internacionais e no país, para assegurar o abastecimento do mercado nacional de petróleo, gás natural e derivados, de modo a consolidar a credibilidade da empresa junto aos mercados e às comunidades onde atua, clientes, acionistas empregados e à sociedade; e afinal consolidar a atuação da Petrobrás como empresa integrada de petróleo e competitiva no âmbito internacional.

Todo esse enunciado tentava compensar os escândalos do governo Collor. Antes dele e desde sua fundação, passando inclusive pelos governos militares, a Petrobrás, salvo exceções raríssimas e pontuais, cumprira todos esses objetivos, sem necessidade de qualquer contrato de gestão.

Mas tudo isso mudaria a partir de 1º de janeiro de 1994, com a posse de Fernando Henrique Cardoso, sucessor de Itamar, como Presidente da República.



O GOVERNO FHC E SUA PALAVRA DE ORDEM: “O PETRÓLEO É VOSSO!”



Prejuízo com privatização de FHC chegaria a 15 trilhões de dólares

O governo Fernando Henrique Cardoso começou no dia 1º de janeiro de 1995, mas a palavra de ordem que o marcaria do começo ao fim só seria dita três anos depois, no dia 16 de janeiro de 1998, por um dos mais importantes e poderosos auxiliares presidenciais, o Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn – genro, na época, de Fernando Henrique.

Nas palavras finais de seu discurso de posse, em solenidade que era também de instalação dessa Agência, Zylbersztajn declarou:

– Quero dizer para a sociedade que o petróleo é vosso! A sociedade quer mais óleo e menos monopólio!

O Diretor-Geral da ANP tinha resolvido fazer piada com a campanha do “Petróleo é Nosso!”, que nas décadas de 1940 e 1950 mobilizara o país e a maior parte da geração de seus pais contra a entrega do petróleo brasileiro e em favor do monopólio estatal e da Petrobrás. Piada de péssimo gosto, como de modo geral o “humor” medíocre e grosseiro do primitivismo neoliberal, piada que pretendia degradar toda a vitoriosa história da Petrobrás.



“ Nesse discurso, Zylbersztajn afirmara também, numa cobrança insolente, que a Petrobrás teria que comprovar capacidade técnica e financeira para produzir petróleo em novas áreas pleiteadas por ela recentemente. E acrescentara, num evidente aceno de cumplicidade às multinacionais ali representadas, que a ANP não pretendia ratificar a concessão de todas as áreas requisitadas pela Petrobrás ”

Opondo o “Petróleo é Vosso!” ao “Petróleo é Nosso!”, Zylbersztajn não podia querer que parecesse ignorância dizer o que dizia. Ele tinha vinte anos de graduação em engenharia mecânica e dezoito de mestrado na área de energia pela PUC do Rio, já dirigira um curso de doutorado sobre energia e relações internacionais na USP e era doutor em economia da energia pelo Institut d’Economie et de Politique de L’Energie, de Grenoble, na França.

Ele, na verdade, revelava enorme desprezo pela história de seu próprio país e pelos fatos da história da Petrobrás, que eram parte substancial da história do Brasil na segunda metade do século 20.

Mas não foi só isso. Nesse discurso, Zylbersztajn afirmara também, numa cobrança insolente, que a Petrobrás teria que comprovar capacidade técnica e financeira para produzir petróleo em novas áreas pleiteadas por ela recentemente. E acrescentara, num evidente aceno de cumplicidade às multinacionais ali representadas, que a ANP não pretendia ratificar a concessão de todas as áreas requisitadas pela Petrobrás:

— Se o papel da ANP fosse só o de ratificar, ela não precisaria existir — disse.

Depois de definidas as áreas de atuação da Petrobrás, o que deveria ocorrer em cerca de dois meses — e naturalmente aconteceria nesse

clima de má vontade e desdém — a ANP daria início ao lançamento dos editais de concessão para novos projetos de exploração de petróleo.

Essa cobrança à Petrobrás escondia, entre outros, o fato de que, nos mais de dez anos de vigência dos contratos de risco, as multinacionais não tinham feito descobertas significativas de petróleo no mar e depois a Petrobrás o fez, em abundância, nos mesmos lugares em que as multinacionais tinham fracassado. Quem, portanto, tinha de demonstrar competência eram elas, as multinacionais, não a Petrobrás.

Afirmações tão abusivas e abusadas como essas foram tomadas como sendo do próprio Fernando Henrique, de quem na época Zylbersztajn era genro. E a “sociedade” à qual este pretendia dirigir-se foi tomada como sendo a comunidade dos dirigentes de empresas petrolíferas privadas, majoritariamente estrangeiras, que ouviam e aplaudiam palavras tão promissoras para eles e tão contra a Petrobrás.

A ELEIÇÃO DE FERNANDO HENRIQUE

A trajetória de Fernando Henrique antes de ser eleito Presidente da República e adotar a palavra de ordem do “Petróleo é Vosso!” talvez explicasse com que facilidade ele mudava de posição.

Na eleição presidencial de 1989, a primeira pelo voto direto desde 1960, mais de um quarto de século antes, o então Senador Fernando Henrique tinha votado no também Senador Mário Covas, candidato do PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira, formado basicamente por uma dissidência do então PMDB e do qual ambos eram fundadores. Mas Covas ficou em quarto lugar, fora do segundo turno e este foi disputado por Collor e Lula e Collor foi eleito Presidente.

Collor, naturalmente, procurou os partidos adversários em busca de apoio e participação destes em seu ministério. Fernando Henrique mostrava-se simpático à proposta e disposto a assumir algum ministério, mas imediatamente Covas vetou tanto o apoio quanto a participação do PSDB no novo governo.

Dois anos depois, Fernando Henrique foi um dos articuladores do impeachment de Collor, votado em setembro de 1992, e da organização do governo de Itamar Franco, no qual ocuparia inicialmente o cargo de Ministro das Relações Exteriores.

Em maio de 93, Itamar nomeou-o Ministro da Fazenda, com a expectativa de que Fernando Henrique montasse uma grande equipe para a adoção de medidas radicais contra a inflação, que aumentava perigosamente. Essa equipe veio a ser basicamente a que formulara o Plano Cruzado, de Sarney, e trabalhou a partir da experiência acumulada por esse plano, para formular o que veio a ser o Plano Real.

No fim de março de 94, com o Plano quase pronto, Fernando Henrique deixou o Ministério para ser candidato a Presidente, lançado por Itamar e sustentado politicamente pelo êxito que a nova política econômica viesse a ter.

É curioso que, antes de assumir o Ministério da Fazenda, Fernando Henrique tinha escassas perspectivas eleitorais e temia uma nova candidatura ao Senado. Ele estava no fim de seu segundo mandato de senador, conquistado meio de carona em 1986, na crista do sucesso eleitoral do Plano Cruzado e de que naquela eleição cada Estado elegeria dois senadores.

Pelo PMDB de São Paulo os candidatos eram o ex-Prefeito Mario Covas, para quem se previa grande votação, e Fernando Henrique, de quem nem se podia avaliar o potencial, porque em sua única candidatura anterior, a de 1978, ele fora eleito apenas, por uma sublegenda do antigo MDB, suplente do vencedor, o Senador Franco Montoro. Quatro anos depois, em 1982, Montoro foi eleito Governador de São Paulo e Fernando Henrique herdou os quatro anos restantes de seu mandato de senador.

Em 86, com duas vagas em disputa, era natural que tentasse a reeleição e ele a conseguiu, em grande parte alavancado pela força de Covas, candidato à outra vaga, que teve 6 milhões de votos, a maior votação já recebida por qualquer candidato em qualquer eleição no Brasil. O recorde anterior tinha sido de Jânio Quadros, em 1960, com 5,9 milhões de votos em todo o país, como candidato a Presidente. Covas teve 6 milhões só em São Paulo, como candidato ao Senado, e a “dobradinha”, a parceria com ele, garantiu a eleição de Fernando Henrique.

Mas em 94 a situação era diferente e até assumir o Ministério da Fazenda Fernando Henrique não sabia se devia tentar novamente o Senado ou se seria mais seguro concorrer a uma cadeira de deputado federal. O Plano Real é que decidiu sua vida e ele foi direto para a candidatura a Presidente.

O Plano Real deu certo, a inflação caiu e ele venceu já no primeiro turno da eleição, no dia 3 de outubro, com 54,3% do total (34 milhões de votos) contra 27% de Lula.

Em seu discurso de despedida no Senado, já como Presidente eleito, Fernando Henrique afirmou que naquele momento o desafio imediato imposto ao Brasil era superar o modelo de desenvolvimento dos dois governos Vargas, com o Estado no papel de principal fonte de investimentos e seguindo uma linha de desenvolvimento relativamente autárquica em relação ao resto do mundo. O maior objetivo do governo deveria ser, então, a reforma do Estado, restringindo-o ao papel de regulador da economia e provedor de saúde, educação e segurança para a sociedade.

Era um rompimento radical com o que tinham sido até recentemente suas posições políticas de esquerda e já no dia 22 de fevereiro de 1995, menos de dois meses depois de tomar posse na Presidência da República, Fernando Henrique mandou ao Congresso um primeiro pacote de emendas constitucionais que previam o fim do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações; a redefinição do conceito de empresa brasileira, acabando com as garantias à empresa brasileira de capital nacional; a liberação da entrada de capitais privados na distribuição de gás natural canalizado; e a permissão para que capitais estrangeiros participassem da navegação de cabotagem.

O PEDIDO DE DESCULPAS DE ITAMAR

Esse avanço decidido de Fernando Henrique em sua adesão a todas as imposições do arrastão neoliberal — uma adesão com todas as características de submissão — provocou, além de reações populares em alguns casos violentas, um pedido de desculpas do próprio ex-Presidente Itamar Franco ao centenário Barbosa Lima Sobrinho, o jornalista que se tornara símbolo da luta nacionalista no Brasil, Presidente da ABI, a Associação Brasileira de Imprensa, e Vice de Ulysses Guimarães em 1973, na campanha do que foi chamado a “anticandidatura”, o protesto da oposição a mais um governo militar.

No início de 1998, coincidindo com a instalação da ANP e o discurso do “Petróleo é Vosso!”, Itamar marcou uma visita a Barbosa Lima, para cumprimentá-lo por seu aniversário de 101 anos, e combinaram um almoço nos dias seguintes — almoço ao qual estiveram também presentes o Embaixador José Aparecido e o autor deste livro.

Mal se sentaram à mesa e Itamar apressou-se a dizer:

— Dr. Barbosa, minha visita tem também outro motivo: preciso muito pedir desculpas ao senhor.

Ante a surpresa de todos, Itamar prosseguiu contando que ao fazer de Fernando Henrique

seu candidato a Presidente, com a convicção de que o Plano Real o elegeria, pediu que Fernando se comprometesse a não mexer na Petrobrás. Fernando prometeu e agora Itamar se culpava por não ter pedido esse compromisso por escrito.

Com a prova por escrito da promessa que tinha feito, seria mais difícil Fernando Henrique voltar atrás. Ou pelo menos ficaria publicamente comprovada a falsidade da promessa. Isso Itamar não se perdoava e por isso pedia desculpas ao velho Barbosa Lima.

Nesse início de 1998, Fernando Henrique se dava por amplamente vitorioso na realização de todas as suas metas políticas e já conseguiria até a aprovação pelo Congresso da emenda constitucional que pela primeira vez em mais de cem anos de República permitiria a reeleição de seus Presidentes — a começar pela dele próprio.

No caso do petróleo, a luta iniciada em fevereiro de 1995 pela proposta da emenda constitucional que, a pretexto de flexibilizá-lo, acabava com o monopólio estatal exercido pela Petrobrás, a instalação da ANP no início de 1998 foi o ponto culminante de uma demorada batalha legislativa.

A GREVE ATINGE QUASE 90% DOS PETROLEIROS

Essa batalha começava pela necessidade de reformar a Constituição, porque em 1988 a Assembleia Nacional Constituinte incluía nela o monopólio estatal do petróleo, em vigor desde 1953, por força da legislação chamada de infraconstitucional, no caso a Lei 2004, de criação da Petrobrás.

Já em fevereiro de 1995, o segundo mês de seu governo, Fernando Henrique mandou ao Congresso a Proposta de Emenda Constitucional que, a pretexto de “flexibilizar”, acabava com o monopólio. A proposta foi recebida com grande reação popular e mobilização sindical, que culminou no dia 3 de maio com a deflagração de uma greve nacional dos petroleiros.



A paralisação é a mais longa desde 1995. Na foto, manifestação da categoria em frente à sede da Petrobras no Rio de Janeiro ...

Cerca de dez dias depois, o Tribunal Superior do Trabalho declarou a greve abusiva e a Petrobrás publicou uma primeira lista de demissões, incluindo alguns dirigentes sindicais. Nem a direção da Petrobrás nem o governo estavam dispostos a negociar condições para o encerramento da greve. Em cerca de vinte dias, começou a faltar gás de cozinha e também gasolina. No fim de maio, o governo deu ordem para a ocupação militar das refinarias da Petrobrás, para restabelecer seu funcionamento. A greve durava 32 dias e atingira quase 90% dos Petroleiros, paralisando terminais e a maioria das refinarias, quando teve de ser encerrada, sem que nenhuma reivindicação fosse atendida.

Mais de setenta petroleiros foram demitidos, mais de mil sofreram outras punições e alguns dirigentes sindicais foram processados pela Lei de Segurança Nacional.

Pouco depois, cerca de trezentos mil servidores federais entraram em greve, protestando

contra as propostas de privatização dos Correios e das empresas do setor elétrico, e em defesa do monopólio estatal nos setores de petróleo e de telecomunicações.

Ainda em junho, a Câmara dos Deputados aprovou em primeiro turno a emenda constitucional da quebra do monopólio do petróleo, por 364 votos a favor, 141 contra e 3 abstenções. O governo conseguiu um quórum altíssimo, com 508 deputados votando.

Eleito pelo PSDB, o partido de Fernando Henrique, o Deputado Almino Affonso, que na juventude participara da campanha do “Petróleo é Nosso!”, votou contra a proposta e declarou, discursando contra ela:

— A Petrobrás é a maior empresa da América Latina. Em todo o mundo, o monopólio ou é estatal ou é privado. Eu prefiro que ele continue estatal.

FERNANDO HENRIQUE PROMETE NÃO PRIVATIZAR A PETROBRÁS

Na Câmara dos Deputados, a emenda constitucional passou rápida e por votação folgada. No Senado a resistência foi maior. Fernando Henrique teve medo de ser derrotado e chegou a prometer por escrito, em carta ao Congresso, que a Petrobrás não seria privatizada. Além disso, garantia ele na carta, a Petrobrás manteria a exploração das jazidas que já eram suas e teria preferência nas futuras concorrências, em caso de propostas iguais.

Essa promessa contrariava a ameaçadora afirmação de seu genro David Zylberstajn, de que a Petrobrás precisaria demonstrar competência para conseguir a ratificação de áreas que pleiteava. E ia além, garantindo essa preferência à Petrobrás.

Se Fernando Henrique não fizesse essas concessões, a emenda corria o risco de não passar, o que sepultaria o fim do monopólio por bom tempo, mas não definitivamente. Se, porém, o Senado não opusesse a resistência que opôs, Fernando Henrique poderia ir muito além do que foi e partir direto da quebra do monopólio para a privatização da Petrobrás.

Em novembro de 1995, o Senado afinal aprovou a proposta, por 60 votos a favor e 15 contra e a emenda constitucional foi imediatamente promulgada. Ela mantinha a abertura original, o caput, do art. 177, que dizia:

Art. 177. Constituem monopólio da União:

- I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;
- II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;
- III - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;
- IV - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados

básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.

Esse monopólio, porém, seria contornado ou “flexibilizado”, como preferia dizer o governo, por um parágrafo primeiro, que desdizia os quatro incisos do art. 177:

§ 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei.

Por esse parágrafo, portanto, tudo que era declarado monopólio, e podia ser feito por uma empresa estatal como a Petrobrás, poderia ser feito também por empresas privadas. Mas ainda estava em vigor a Lei 2004, de 1953, que criara a Petrobrás, e era preciso revogar o dispositivo dessa lei que também estabelecia o monopólio estatal do petróleo. Só depois disso seria possível outorgar as concessões que as multinacionais aguardavam tão ansiosamente.

O projeto para esse fim foi mandado ao Congresso em março de 1996 e aprovado em agosto de 1997, convertendo-se na Lei 9.478, que tentava dissimular a extinção do monopólio estatal por uma suposta regulamentação de seu exercício, de modo a permitir amplas concessões de exploração de petróleo a empresas nacionais e estrangeiras.

“ A Lei 9.478 criava também a ANP, a Agência Nacional do Petróleo, órgão normativo como fora o Conselho Nacional do Petróleo, extinto pelo governo Collor em 1990, mas agora um órgão contra a Petrobrás, como ficaria claro no discurso de posse de seu primeiro Diretor-Geral, David Zylberstajn. ”

A Lei 9.478 criava também a ANP, a Agência Nacional do Petróleo, órgão normativo como fora o Conselho Nacional do Petróleo, extinto pelo governo Collor em 1990, mas agora um órgão contra a Petrobrás, como ficaria claro no discurso de posse de seu primeiro Diretor-Geral, David Zylberstejn.

Além de tudo mais, essa nova e longa lei fazia questão em seu dispositivo final de enterrar bem fundo a lei de criação da Petrobrás, dizendo:

Art. 83. Revogam-se as disposições em contrário, inclusive a Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.

Com isso se tentava eliminar a memória do objetivo original e principal da Petrobrás, que não era a produção de lucros, mas atender da melhor maneira possível às necessidades do mercado e da sociedade brasileira.

AS MULTINACIONAIS PEGAM CARONA COM A PETROBRÁS

A Petrobrás, enquanto isso, prosseguia em seus avanços. Como de outras vezes, propostas e pressões para sua privatização aconteciam e desaconteciam e ela sobrevivia. Acontecera no governo Café Filho, logo depois da morte de Getúlio e pouco depois no início do governo Juscelino Kubitschek, fora pensada no governo Collor e este não tivera tempo nem força para agir e agora ressurgia tinha sido travada pela carta ao Congresso na qual Fernando Henrique se comprometera a não pensar nisso.

Em 1996 a Petrobrás iniciou operações na Bolívia, em parceria com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, e empreendeu a construção do gasoduto Brasil-Bolívia, investimento de 2 bilhões de dólares. Uma subsidiária sua, a Petrobrás Bolívia Refinación, geriu nos sete anos seguintes as duas maiores refinarias bolivianas, a Guillermo Elder Bell, em Santa Cruz de la Sierra, e a Gualberto Villarroel, em Cochabamba. Em conjunto, elas chegaram a refinar 40 mil barris por dia.

As operações na Bolívia prolongaram-se por dez anos, até que o governo de Evo Morales na-

cionalizou todas as reservas petrolíferas do país e ocupou as duas refinarias. Em maio de 2009 o governo brasileiro aceitou pagar os preços exigidos pela Bolívia e a Petrobrás poder voltar a operar no refino do petróleo e na produção de gás, mas sem a propriedade das jazidas.

Instalada em janeiro de 1998, a ANP pode dar início ainda nesse ano às rodadas de licitações para exploração e produção de petróleo, que desde logo atraíram cerca de cem empresas.

Na prática, contudo, as mais bem sucedidas experiências de empresas estrangeiras aconteceram em sociedade com a Petrobrás, como a rede de distribuição ampliada em sociedade com a Repsol, os poços de petróleo descobertos em parceria com a Shell e a Repsol e a construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, parceria da Petrobrás com a PDVSA venezuelana.

Havia também negociações com a Petrobrás, com a qual ela assinou em agosto 397 contratos de exploração de petróleo e de gás natural. Esses contratos davam à Petrobrás o direito de explorar 7,1% das bacias sedimentares brasileiras.

Na mesma época, ainda em 1998, mostrando em que escala podia continuar operando, a Petrobrás colocou em operação no campo de Albacora, na bacia de Campos, a plataforma P-31, considerada a maior unidade de produção e de estocagem de petróleo do mundo.

Albacora, por seu por suas reservas e agora pelo avanço tecnológico representado pela plataforma P31, era uma tentação para as multinacionais e também foi objeto de uma carona. Em novembro de 1999, a Petrobrás anunciou que até julho de 2000 assinaria um contrato de parceria para o desenvolvimento do campo de Albacora Leste, na bacia de Campos.

Seus parceiros nesse projeto seriam as poderosas Exxon, Texaco e Shell e um consórcio de duas empresas japonesas. As cinco seriam as primeiras empresas privadas a produzir petróleo no Brasil.

OS ACIONISTAS PRIVADOS E OS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS

No início do ano 2000, o governo Fernando Henrique deu mais um passo oblíquo no rumo de uma futura privatização da Petrobrás, com o lançamento de suas ADRs (American Depositary Receipts), uma espécie de recibos de compra de ações, na Bolsa de Valores de Nova York. Esse passo contrariava duas promessas de Fernando Henrique: a que fizera a Itamar ao ser lançado candidato a Presidente e depois a que fez em carta ao Congresso para conseguir a aprovação da emenda constitucional de eliminação dissimulada do monopólio.

Os papéis negociados na Bolsa de Nova York abriam boa parte do capital da Petrobrás a investidores privados, sobretudo grandes fundos de investimentos, e essa massa de novos acionistas privados não ficou fragmentada e inofensiva. Por meio desses fundos e de todos os mecanismos de poder dos mercados financeiros, ela passou a pressionar por dividendos cada vez maiores, o que no futuro resultaria em os preços de derivados serem ajustados aos preços internacionais em dólar do petróleo bruto.

Isso deu origem ao processo que em diferentes momentos desnaturou a gestão da Petrobrás, que deixava de ser uma empresa virtualmente de serviço público produtora de petróleo para tornar-se prioritariamente uma produtora de dinheiro e dividendos. Esse processo resultou também em tal afastamento dos vínculos da Petrobrás com a realidade brasileira que ela passou a ser conduzida como uma empresa apátrida.

Exemplo disso foi, em dezembro do ano 2000, a iniciativa do então Presidente da Petrobrás, Henri Phillippe Reichstul, de criar a marca fantasia Petrobrax, que seria utilizada internacionalmente, a pretexto de que uma pesquisa realizada em sete países da América Latina e nos Estados Unidos detectara “forte resistência” ao sufixo “brás” e às cores verde e amarelo usadas na publicidade da Petrobrás.

A tentativa de substituir o nome Petrobrás por Petrobrax provocou tais reações – em muitos casos de riso ou ridículo – que, dois dias apenas depois do anúncio da mudança, o próprio Fernando Henrique pediu ao então líder do governo no Senado, José Roberto Arruda, que convencesse Reichstul a desistir da ideia.

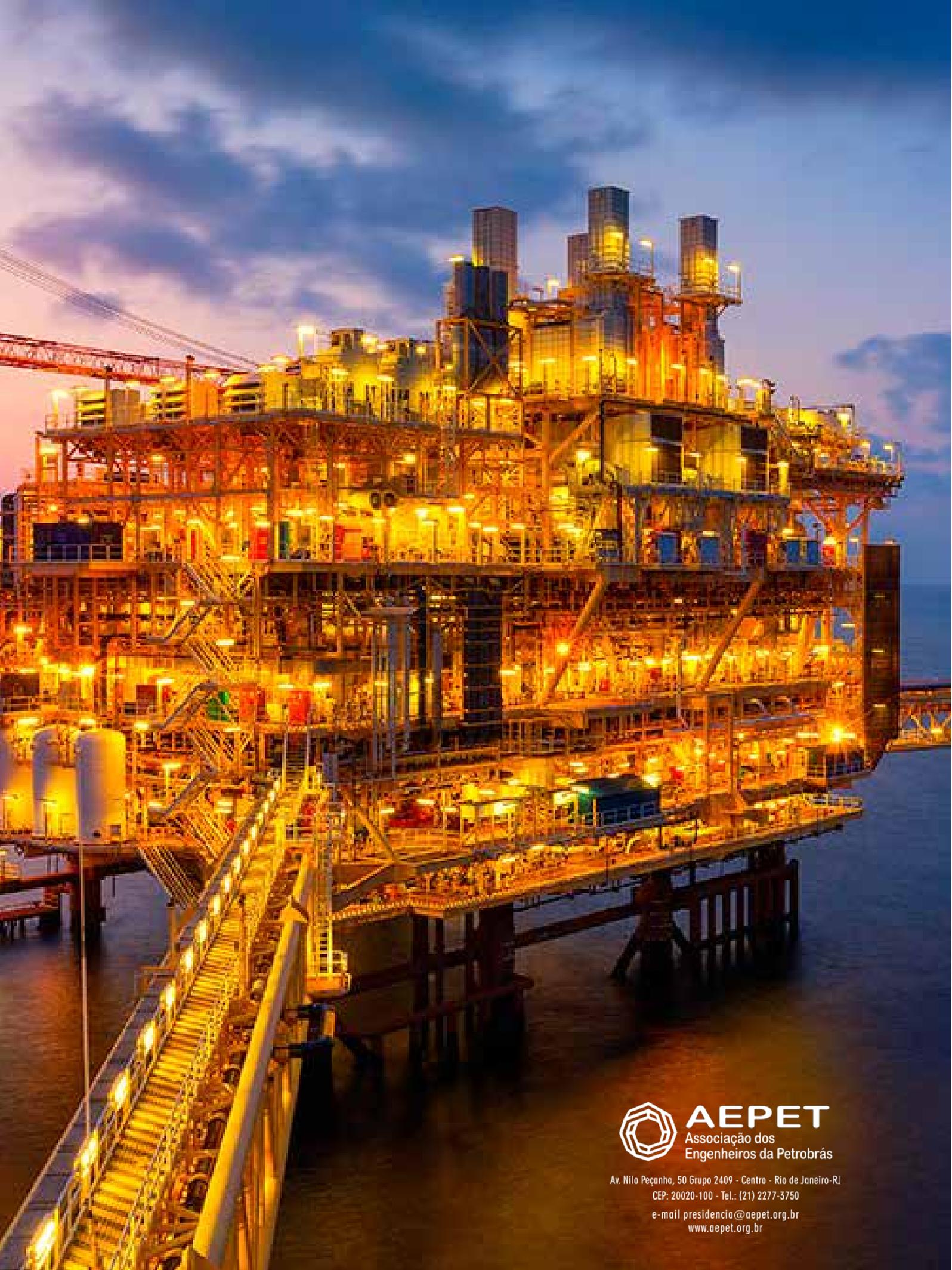
A Petrobrás não mudou de nome, mas o peso crescente das ações em mãos privadas tornou-se cada vez mais agressivo e influente – e já nos governos Temer e Bolsonaro, a partir de 2016, conseguiu subordinar sua política de preços às variações dos preços internacionais do petróleo.

Ainda no governo Fernando Henrique, outro fenômeno perverso já se manifestava na gestão da Petrobrás, a terceirização a qualquer preço.

Em março de 2001 a Petrobrás – que tinha um histórico irrepreensível de cuidado e competência com a segurança de suas operações e de seus profissionais – sofreu seu maior acidente operacional, o afundamento da plataforma P-36.

Ela custara mais de 350 milhões de dólares e era a maior plataforma flutuante de exploração de petróleo e, após duas explosões em uma de suas colunas, adernou e, passados cinco dias, afundou.

Cerca de 170 profissionais embarcados foram resgatados, mas as explosões fizeram 11 vítimas fatais. Segundo uma investigação da ANP, de discutível credibilidade, as explosões e o conseqüente afundamento da plataforma tinham sido causados por erros de manutenção de projeto. O sindicato dos petroleiros contestou: os trabalhadores terceirizados da Petrobrás, cujo número aumentara muito durante o governo de Fernando Henrique, não eram adequadamente treinados para as funções mais complexas e perigosas que lhes eram entregues. Além disso, como constatou o Ministério Público do Trabalho, tinham remuneração menor e carga horária maior.



AEPET
Associação dos
Engenheiros da Petrobrás

Av. Nilo Peçanha, 50 Grupo 2409 - Centro - Rio de Janeiro-RJ

CEP: 20020-100 - Tel.: (21) 2277-3750

e-mail presidencia@aepet.org.br
www.aepet.org.br